

SECEX  
DFCONTRATOS 5  
1º TRI - 2023

# LEVANTAMENTO CONCESSÕES e PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO

Estado do Piauí e Municípios  
2016 - 2023 (1º Trimestre)



Tribunal de Contas  
do Estado do Piauí

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ – TCE-PI

### SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO – SECEX

#### DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES - DFCONTRATOS

##### Plenário – Conselheiros:

- Joaquim Kennedy Nogueira Barros  
(Presidente)
- Waltânia M<sup>a</sup> Nogueira de S. Leal Alvarenga  
(Vice-Presidente)
- Flora Izabel Nobre Rodrigues  
(Presidente da 1<sup>a</sup> Câmara)
- Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins  
(Presidente da 2<sup>a</sup> Câmara)
- Rejane Ribeiro Sousa Dias  
(Controladora Interna)
- Kleber Dantas Eulálio (Ouvidor)
- Abelardo Pio Vilanova e Silva  
(Corregedor Geral)

##### Conselheiros Substitutos:

- Jaylson Fabianh Lopes Campelo
- Delano Carneiro da Cunha Câmara
- Jackson Nobre Veras
- Alisson Felipe de Araújo

##### Ministério Público do Tribunal de Contas – TCE-PI:

- Márcio André Madeira de Vasconcelos (Procurador-Geral)
- José Araújo Pinheiro Júnior (Subprocurador-Geral)
- Plínio Valente Ramos Neto (Procurador da 1<sup>a</sup> Câmara)
- Leandro Maciel do Nascimento (Procurador da 2<sup>a</sup> Câmara)
- Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa (Corregedora)

**Visão:** Ser reconhecida como uma instituição de excelência, célere e comprometida com a defesa do erário e da boa governança.

**Missão:** Exercer o controle externo, mediante orientação, fiscalização e avaliação da gestão dos recursos públicos, visando a sua efetiva aplicação em prol da sociedade.

**Valores:** Compromisso, Ética, Celeridade, Transparência, Qualidade, Modernidade, Efetividade.



**PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS SOBRE PARCERIAS DO SETOR  
PÚBLICO COM O PRIVADO NO ESTADO DO PIAUÍ E MUNICÍPIOS  
2016 a 2023 (1º Trimestre)**

**TC/000785/2023**

**Exercício de Referência:** 2016 a 2023

Plano Anual de Controle Externo (PACEX 2022/2023): Área - Gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Tema - Verificação de contratação de bens e serviços por entes/órgãos públicos com maior risco de malversação de recursos.

**Tipo de processo**

Levantamento

**Relator(a)**

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

**Procurador(a)**

Márcio André Madeira de Vasconcelos

**Ato originário**

Plano Anual de Controle Externo (PACEX) 2022/2023 - Aprovado pela Decisão Plenária nº 41/2022, publicada no Diário Oficial do TCE-PI em 28/03/2022.

**Objetivos**

Conhecer programas e ações governamentais sobre Parcerias do Setor Público com o Privado no Estado do Piauí e Municípios, com delimitação de projetos por áreas temáticas, quantidade, volume de recursos e fases da contratação, dos exercícios de 2016 a 2023 (1º Trimestre).

**Unidades Jurisdicionadas**

Governo, Órgãos e Entidades do Estado do Piauí e todas as 224 Prefeituras, Órgãos e Entidades Municipais.

**Composição da equipe de fiscalização**

Nome	Matrícula
Enrico Ramos de Moura Maggi (Supervisão)	97.628-8
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo	97.687-3
Leonardo César Santos Chaves	97.855-8
Teresa Cristina de Jesus Guimarães Moura	97.130-8

**Credenciamento**

Portaria Nº 084/2023 (DOE nº 027/2023)

**Período de realização dos trabalhos**

23/01/2023 a 24/03/2023

**Volume de recursos fiscalizados**

Não se aplica



## EM RESUMO

### Por que o levantamento foi realizado?

A Divisão de Fiscalização de Desestatização e Regulação – DFCONTRATOS 5, alocada na Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações – DFCONTRATOS, foi criada via Res. TCE-PI nº 40/2022, de 15 de dezembro de 2022, em virtude da necessidade de conhecer e acompanhar os projetos de desestatização e regulação existentes no Estado do Piauí e Municípios Piauienses, em especial os que envolvem modelagens de concessão e parcerias do setor público com o privado. Ainda, em vista da atualidade, complexidade e importância do tema no cenário mundial, nacional, regional e local, bem como ser instrumento de atração de investimentos privados para desenvolvimento de projetos de infraestrutura pública, gerando impactos diretos na sociedade.

Nesse contexto, a DFCONTRATOS 5 apresenta Levantamento com informações gerais acerca do atual cenário no Estado e Municípios Piauienses com relação aos respectivos projetos existentes, bem como o desempenho destes frente aos Estados e Capitais do Nordeste.

### Quais os benefícios esperados?

Busca-se, após análise das informações levantadas, elencar temas para futuras fiscalizações, que abordarão projetos e/ou segmentos públicos de atuação específicos e seus impactos na vida da população, com potencial de contribuir para a melhoria na estruturação dos projetos, na gestão contratual, e consequente melhora na prestação dos serviços públicos.

### ODS envolvidos:



## PROJETOS DE DESESTATIZAÇÃO E REGULAÇÃO

Os projetos de desestatização e regulação estruturados pelos entes governamentais incluem as Concessões e PPP's em sentido estrito, regulamentadas, em âmbito nacional, por meio da Lei nº 8.987/95 (Lei Geral de Concessões) e da Lei nº 11.079/2004 (Lei das Parcerias Público-Privadas). Incluem-se, também, os demais modelos de projetos de desestatização e regulação, como as concessões onerosas de uso de bem público, permissões de uso de bem público, concessões de uso de bem público e permissões de serviços públicos, além do contrato público para solução inovadora (Lei Complementar nº 182/2021).

### O que o TCE encontrou?

De início, fator limitador do trabalho foi a ausência de informações sistematizadas acerca dos projetos de Desestatização e Regulação existentes no Piauí, especialmente nas administrações municipais.

Após a realização dos procedimentos de fiscalização, foi possível levantar e metodizar os projetos estaduais e municipais existentes, em especial no que diz respeito: quantitativo geral de iniciativas; segmentos mais contemplados; modalidades definidas de contratação mais utilizadas; fase de desenvolvimento (status) em que se encontram; quantidade de projetos efetivamente implementados, paralisados e cancelados; volume de recursos contratados; quantidade de projetos com estudos de viabilidade e/ou modelagem liderados pelo Setor Público, por meio de PMI/MIP, ou por meio de *sandbox* regulatório; distribuição das iniciativas por região geográfica do Estado; posição do Estado do Piauí frente ao cenário regional, no que tange a quantidade e diversidade de projetos, bem como dos Municípios Piauienses, e em especial, a Capital Teresina (Infográfico com resultado das análises encontra-se na Peça 8).

Observou-se, também, que, embora o Estado do Piauí seja protagonista no ciclo de concessões e parcerias do setor público com o privado, os Municípios Piauienses estão iniciando a ocupação de espaços nesse universo, considerando a existência de projetos municipais relacionados a importantes serviços públicos, especialmente no que diz respeito a iluminação pública, distribuição de água e coleta de esgoto, tratamento de resíduos sólidos e eficiência energética e tecnológica.



## LISTA DE SIGLAS

ABDIB	Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base
AGRESPI	Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí
AM	Aglomerados de Municípios
APPM	Associação Piauiense de Municípios
ARSETE	Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina
ASERPA	Agência Parnaibana de Regulação de Serviços Públicos
AVEP	União das Câmaras Municipais do Estado do Piauí
CEAPI	Central de Abastecimento
CF/1988	Constituição Federal de 1988
DFCONTRATOS	Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações
DFCONTRATOS5	Divisão de Fiscalização de Desestatização e Regulação
IAEPI	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí
IEGM	Índice de Efetividade da Gestão Municipal
IN	Instrução Normativa (TCE-PI)
INVEST PIAUÍ	Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Estado do Piauí
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MPI	Manifestação de Interesse Privado
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PACEX	Plano Anual de Controle Externo (TCE-PI)
PMI	Procedimento de Manifestação de Interesse
PPP	Parceria Público-Privada
SEAD	Secretaria de Estado da Administração
SECEX	Secretaria de Controle Externo (TCE-PI)
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Piauí
SUPARC	Superintendência de Parcerias e Concessões
TD	Territórios de Desenvolvimento
TCE-PI	Tribunal de Contas do Estado do Piauí



## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

### - Figuras

Figura 1.1 – Etapas do Levantamento .....	12
Figura 3.1 – Estado do Piauí (Executivo): distribuição das iniciativas por localização .....	36
Figura 3.2 – Municípios Piauienses: distribuição das iniciativas por município.....	38

### - Tabelas

Tabela 1 - Comparativo: status iniciativas Piauí x média Estados Nordeste (revisado nº contratos iniciados Piauí).....	29
Tabela 2 – Resultados do Levantamento: iniciativas / nº segmentos.....	39
Tabela 3 - Resultados do Levantamento: iniciativas / nº segmentos .....	40
Tabela 4 - Resultados do Levantamento: status das iniciativas.....	41

### - Quadros

Quadro 3.1 – Executivo Estadual: contratos iniciados.....	30
Quadro 3.2 – Municípios Piauienses - contratos iniciados.....	33

### - Gráficos

Gráfico 3.1 – Executivo Estadual: iniciativas concessões e parcerias por segmento.....	17
Gráfico 3.2 - Municípios: iniciativas concessões e parcerias por segmento .....	18
Gráfico 3.3 - Teresina: iniciativas concessões e parcerias por segmento.....	19
Gráfico 3.4 – Comparativo: iniciativas concessões e parcerias por segmento Piauí x média Estados Nordeste .....	20
Gráfico 3.5 - Comparativo: iniciativas concessões e parcerias por segmento.....	21
Gráfico 3.6 – Executivo Estadual: modalidade definida para os contratos.....	22
Gráfico 3.7 – Executivo Estadual: modalidade definida para os contratos e por segmento .....	23
Gráfico 3.8 - Municípios: modalidade definida para os contratos .....	23
Gráfico 3.9 – Municípios: modalidade definida para os contratos e por segmento.....	24
Gráfico 3.10 – Teresina: modalidade definida para os contratos .....	25
Gráfico 3.11 – Teresina: modalidade definida para os contratos e por segmento .....	25
Gráfico 3.12 - Comparativo: modalidade definida para os contratos Piauí x média Estados Nordeste.....	26



Gráfico 3.13 - Comparativo: modalidade definida para os contratos Teresina x média Capitais Nordeste.....	27
Gráfico 3.14 - Comparativo: status iniciativas Piauí x média Estados Nordeste.....	28
Gráfico 3.15 – Municípios Piauienses: <i>status</i> iniciativas .....	32
Gráfico 3.16 - Comparativo: status iniciativas Teresina x média Capitais Nordeste .....	34



## Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Objetivo e Escopo do Levantamento .....	11
1.2 Metodologia	12
2 VISÃO GERAL E BASE NORMATIVA .....	14
3 LEVANTAMENTO DOS PROJETOS DE DESESTATIZAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ E MUNICÍPIOS – 2016 A 2023 (1º TRIMESTRE).....	16
3.1 Projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios – quantitativo geral, recorte por segmento e comparativo Nordeste .....	16
3.1.1 Desestatização no Estado do Piauí - quantitativos e recorte por segmento .....	17
3.1.2 Desestatização nos Municípios Piauienses - quantitativos e recorte por segmento .....	18
3.1.3 Desestatização no Estado do Piauí e Capital Teresina - comparativo Nordeste .....	19
3.2 Modalidades definidas de contratação nos projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios – quantitativo geral, recorte por segmento e comparativo Nordeste .....	21
3.2.1 Modelagem de desestatização no Estado do Piauí - quantitativos e recorte por segmento .....	22
3.2.2 Modelagem de desestatização nos Municípios Piauienses - quantitativos e recorte por segmento .....	23
3.2.3 Modelagem de desestatização no Estado do Piauí e Capital Teresina - comparativo Nordeste .....	26
3.3 Status dos projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios – quantitativo geral e comparativo Nordeste .....	27
3.3.1 Status dos projetos de desestatização no Estado do Piauí – quantitativos e comparativo Nordeste .....	28
3.3.2 Status dos projetos de desestatização nos Municípios Piauienses – quantitativos e comparativo Capitais do Nordeste .....	31
3.4 Originação dos projetos de desestatização no Estado do Piauí e Municípios.....	34
3.5 Distribuição, por região geográfica, dos projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios.....	35
4 CONCLUSÃO.....	39
5 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO .....	42
APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS SITES OFICIAIS DOS ESTADOS DO NORDESTE .....	45



APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS PROJETOS, POR SEGMENTO, NO ESTADO DO PIAUI (pesquisa Radar PPP <sup>4</sup> ).....	46
APÊNDICE C - RELAÇÃO DOS PROJETOS, POR SEGMENTO, NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES (pesquisa Radar PPP <sup>4</sup> ).....	49



## 1 INTRODUÇÃO

A Divisão de Fiscalização de Desestatização e Regulação (DFCONTRATOS 5), alocada na Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações, foi criada por meio da Resolução TCE-PI nº 40/2022 (Regulamento da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí), com a seguinte competência:



Art. 31. I - realizar fiscalizações relacionadas aos regimes de privatizações, concessões, inclusive parcerias público-privadas, permissões e autorizações que tratem de transferência da exploração de bens ou da prestação de serviços públicos à iniciativa privada; II - realizar fiscalizações em agências reguladoras, de modo a avaliar legalidade, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade dos atos de governança, de gestão e das atividades desempenhadas por estas entidades, tanto no tocante às suas rotinas administrativas, quanto no que diz respeito à fiscalizações por elas desempenhadas.

Portanto, para desenvolver as suas atribuições específicas, tornou-se necessário, a princípio, conhecer as iniciativas de projetos de desestatização, em especial as concessões e parcerias com o setor privado, que estejam em planejamento, contratação e/ou execução, além das encerradas (se houver), no âmbito do Executivo Estadual e dos municípios piauienses.

O levantamento é um dos instrumentos de fiscalização de que dispõe o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) para exercer sua atividade finalística de controle externo da Administração Pública.

Art. 177 [Regimento Interno do TCE-PI] – São Instrumentos de fiscalização: I – a auditoria; II – a inspeção; III – o levantamento; IV – o acompanhamento; V – o monitoramento. [g.n.]

De acordo com o art. 2º da Resolução nº 10/2020 do TCE-PI, a fiscalização através de levantamento pode ter por finalidade:

I – conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e das entidades da administração direta, indireta e fundacional do Estado e dos Municípios, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, dos programas e das ações governamentais sob os aspectos contábil, financeiro, orçamento, operacional e patrimonial; II – definir o objeto de futura fiscalização; III – indicar os meios e os instrumentos a serem aplicados em futura fiscalização; IV – avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações de outra natureza.



Em razão do processo de levantamento não acarretar determinações e responsabilização de gestores, os seus resultados são levados a conhecimento do público com fins informativos e pedagógicos, sem prejuízo da instauração de fiscalizações autônomas ou da repercussão nos processos de contas com base nos dados apurados.

Nesse contexto, foi autuado o presente processo de fiscalização, alcançando as unidades jurisdicionadas: Governo, órgãos e entidades do Estado do Piauí, bem como todas as 224 Prefeituras, órgãos e entidades Municipais.

## 1.1 Objetivo e Escopo do Levantamento

A parceria do setor público com o setor privado em sentido amplo é vista como instrumento importante para viabilizar a oferta de infraestrutura econômica (relacionada ao setor produtivo como transporte, energia e telecomunicação) e social (relacionada, por exemplo, à saúde (hospitais), educação (escolas e universidades), instalações públicas (moradias comunitárias e prisões)), atraindo o parceiro privado, em tese, com sua expertise, ganhos de produtividade, e capacidade de investimento, bem como com a redução dos custos transacionais frente às contratações tradicionais, gerando benefícios e impactos diretos para a sociedade.



O objetivo inicial deste levantamento consiste em conhecer a realidade do Estado do Piauí e dos Municípios piauienses em relação às iniciativas de projetos de desestatização, com olhar especial para as concessões de serviços (concessão comum) e parcerias público-privadas em sentido estrito (concessões especiais que se subdividem em concessão administrativa e concessão patrocinada), sem olvidar das demais modalidades de estruturação das parcerias em sentido amplo como concessões onerosas de uso de bem público, permissões de uso de bem público, cessões de uso de bem público e permissões de serviços públicos, bem como as contratações públicas para soluções inovadoras (se for o caso, os decorrentes contratos de fornecimento).

Nessa linha, o presente trabalho consiste em inventariar os referidos projetos, além de metodiza-los com informações acerca da quantidade geral, fase em que se encontram, quantidade de projetos iniciados e/ou efetivamente contratados por meio de Proposta de Manifestação de Interesse – PMI ou por Manifestação de Interesse Privado – MIP ou por meio de *sandbox* regulatório, segmentos mais



contemplados, modalidades de contratação mais utilizadas, volume de recursos envolvidos, além de posicionar o Estado do Piauí e a Capital Teresina frente ao cenário regional, no que tange a quantidade e diversidade de iniciativas.

Para definição do escopo foram realizados estudos iniciais sobre o tema, reuniões com a equipe de auditoria, pesquisas em notícias veiculadas na internet, consultas preliminares em sites e publicações oficiais, relatórios sobre dados abertos em sites especializados, bem como informações contidas nos sistemas internos desta Corte de Contas.

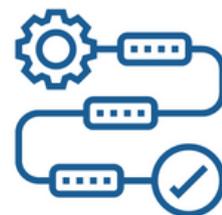
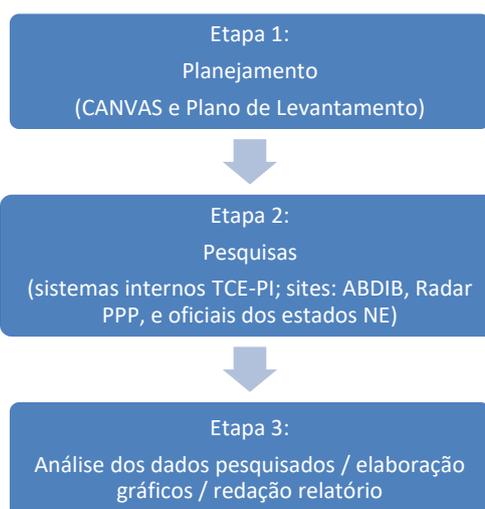
Por fim, restou delimitado o escopo, abrangendo como unidades jurisdicionadas envolvidas conhecidas como “Unidades de Parcerias Público-Privadas”, que podem ser, a depender da estrutura organizacional de cada ente ou órgão público, as Secretarias Estaduais e Municipais responsáveis ou entidades da administração direta ou indireta, nos exercícios 2016 a 2023 (1º trimestre), que participam da estruturação de projetos de desestatização e regulação, em especial as concessões e parcerias com o setor privado em sentido amplo, nas fases de planejamento, contratação e execução.

Nesse contexto, busca-se identificar temas específicos para o PACEX 2023/2024, viabilizando futuras fiscalizações.

## 1.2 Metodologia

O presente trabalho se dividiu em 3 (três) etapas:

**Figura 1.1 – Etapas do Levantamento**



Fonte: Elaboração TCE-PI



Inicialmente, no intuito de coletar e sistematizar informações, foram realizadas pesquisas exploratória e estudos preliminares acerca do tema. Na sequência, realizou-se o planejamento do trabalho de levantamento, recorrendo-se ao modelo CANVAS e elaborando o Plano de Levantamento, contendo as questões de fiscalização e a Matriz de Planejamento.

Para a etapa 2, foram aprofundadas as pesquisas realizadas preliminarmente: (i) sistemas internos desta Corte de Contas (Licitações e Contratos *WEB*); (ii) Livro Azul da Infraestrutura da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB)<sup>1</sup> – Edições 2020, 2021 e 2022, (iii) site RADAR PPP<sup>2</sup>; (iv) e nos sites oficiais dos Estados do Nordeste<sup>3</sup>.

Destaca-se que o Livro Azul da Infraestrutura consolida projetos de concessão e PPPs em condução pela União, Distrito Federal, Estados e capitais. A publicação traz, também, análises revelando a atual situação dos investimentos na infraestrutura brasileira e o impacto dos novos projetos em estruturação de concessão na perspectiva de investimentos privados.

A pesquisa no site RADAR PPP, através do acesso restrito e temporário da funcionalidade “Radar de Projetos”, possibilitou ter uma base de dados robusta para realizar comparativos entre as iniciativas do Estado do Piauí e demais estados do Nordeste, bem como da capital Teresina frente às demais capitais da referida região. Através do acesso foi possível visualizar infográficos com informações da quantidade de iniciativas envolvendo concessões (comum, de uso, administrativa e patrocinada), com diversos parâmetros: por etapa do processo (intenção pública anunciada, modelagem, consulta pública, licitação, contratação, paralisado ou cancelado); por segmento (energia e inovação, infraestrutura social, saneamento e transportes); bem como relacioná-las, permitindo que a equipe de fiscalização elaborasse os próprios gráficos e realizasse as análises pertinentes.

---

<sup>1</sup> Disponíveis para download em: <https://www.abdib.org.br/>.

<sup>2</sup> RADAR PPP é empresa privada fundada em 2014, que tem como linhas de negócio a prestação de consultoria, fornecimento de informações, promoção de eventos e treinamentos voltados ao mercado nacional de infraestrutura. No campo de informações, o site compila e disponibiliza informações públicas com foco em PPPs e Concessões no Brasil, tornando-se uma fonte importante de consulta geral sobre o tema. Disponível em: <https://radarppp.com/>.

<sup>3</sup> Optou-se por usar o Nordeste do país como paradigma por ser a região geográfica na qual se insere o Piauí e onde se localizam entes subnacionais com maiores afinidades e menores discrepâncias para efeito metodológico de comparação (*benchmarking*).



A pesquisa nos sites oficiais dos estados do Nordeste, em especial nos endereços eletrônicos das respectivas Unidades Gestoras dos Programas de Concessões e Parcerias, teve por objetivo buscar na fonte primária, as informações requeridas para a análise proposta, bem como esclarecer dúvidas surgidas quando das pesquisas realizadas nas demais fontes citadas. Por esta ocasião, também foi realizada reunião com a gestora da Superintendência de Parcerias e Concessões do Estado do Piauí – SUPARC.

Importante registrar que, no decorrer do levantamento houve limitações, em especial quanto a não completude de informações por parte dos jurisdicionados desta Corte de Contas no Sistema Licitações e Contratos *WEB*, assim como ausência de informações completas e atualizadas nos sites oficiais dos estados do Nordeste, e das respectivas capitais, e de modo mais específicos, nos sites das Unidades Gestoras dos Programas de Concessões e Parcerias, a respeito dos respectivos projetos.

Dessa forma, na etapa 3, as informações foram sendo construídas e complementadas através da consolidação dos dados extraídos do conjunto das fontes de pesquisa, as quais serviram de base para os resultados apresentados no **item 3** do presente relatório.

## 2 VISÃO GERAL E BASE NORMATIVA

Historicamente, diante do déficit de infraestrutura vivido em nosso país, ocasionado, dentro outros, pelo baixo investimento e escassez de recursos públicos, as concessões e parcerias do setor público com o privado passaram a ser vistas como importantes instrumentos para atração de investimentos privados para desenvolvimento de projetos de infraestrutura pública. Nesse cenário, considerando a dificuldade quanto à prestação de alguns serviços pelo poder público em níveis de eficiência desejáveis, as concessões e parcerias em sentido amplo têm sido aliadas ao desenvolvimento social e econômico, com potencial de agregar qualidade de vida à população.



A União e os Estados, como regra, têm sido os protagonistas em concessões e parcerias público-privadas em sentido estrito, a exemplo de projetos de geração e distribuição de energia, infraestrutura rodoviária, de portos e aeroportos. Entretanto, destaca-se que os municípios passam também a ocupar grande espaço no



ciclo de concessões e parcerias, tendo em vista a execução de importantes serviços públicos a seu encargo, como iluminação pública, mobilidade urbana local e o conjunto de serviços e infraestruturas relacionados ao saneamento básico: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, ações que impactam diretamente e diariamente na vida da população e que necessitam de investimentos consideráveis para sua prestação eficiente.

As Concessões e PPP's em sentido estrito estão submetidas à regulamentação, em âmbito nacional, por meio de duas normas: Lei nº 8.987/95 (Lei Geral de Concessões), que disciplina os aspectos fundamentais da concessão de serviço público, e Lei nº 11.079/2004 (Lei das Parcerias Público-Privadas), que estabelece diretrizes dos contratos de PPP. Ademais, aplicam-se regramentos legais esparsos de forma lateral e subsidiária, além de normas específicas relacionadas ao tema do projeto, bem como normas que detalham o regime jurídico específico do funcionamento de cada projeto.

Por outro lado, deve-se ter olhar atento aos demais modelos de projetos de desestatização estruturados pelos entes governamentais piauienses que, apesar de não se inserirem formalmente aos conceitos e padrões das parcerias previstos na legislação citada, são formas de vinculação de atores privados com o poder público. Dentre formas de diversificação de estruturação via contratos e atos administrativos de parcerias com o setor privado tem-se o clássico exemplo das concessões onerosas de uso de bem público, permissões de uso de bem público, cessões de uso de bem público e permissões de serviços públicos. Recentemente não se pode olvidar do marco legal das *startups* e empreendedorismo inovador que trouxe a modelagem do contrato público para solução inovadora e o decorrente contrato de fornecimento (Lei Complementar 182/2021).

O tema está inserido no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODS fazem parte da "Agenda 2030", pacto global firmado durante a Cúpula das Nações Unidas em 2015, pelos 193 países membros e é composta por 17 objetivos ambiciosos e interconectados, desdobrados em 169 metas, com foco em superar os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo, promovendo o crescimento sustentável global até 2030 (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>). Para o contexto do presente levantamento, traz-se o ODS 17 acerca das



“parcerias e meios de implementação”, especificamente na meta “parcerias multissetoriais” com o ODS 17.17: “incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias”.

Ademais, a depender dos projetos a serem desenvolvidos pelos entes federativos jurisdicionados desta Corte de Contas, outros ODS podem ser envolvidos, a exemplo dos: ODS 6 Água potável e saneamento (garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos), ODS 7 Energia Limpa e acessível (garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos), ODS 9 Indústria, inovação e infraestrutura (construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação), ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis (tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis).

É nesse contexto que a DFCONTRATOS 5 busca, por meio deste Levantamento, conhecer e parametrizar os projetos de desestatização de iniciativa do Estado do Piauí e Municípios, no período de 2016 a 2023 (1º trimestre), em especial os que envolvem modelagens de concessão e parcerias do setor público com o privado em sentido amplo, para, a partir deles, definir e delimitar temas para futuras fiscalizações que descreverão os impactos na vida da população, além de contribuir para a melhoria na qualidade da estruturação dos projetos, bem como apresentar contribuições para as respectivas gestões contratuais, com consequente otimização na prestação serviços em benefício da sociedade.

### **3 LEVANTAMENTO DOS PROJETOS DE DESESTATIZAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ E MUNICÍPIOS – 2016 A 2023 (1º TRIMESTRE)**

#### **3.1 Projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios – quantitativo geral, recorte por segmento e comparativo Nordeste**

Para conhecer as iniciativas de projetos de desestatização no Estado do Piauí e nos municípios piauienses, a equipe de fiscalização realizou pesquisas, conforme descrito na metodologia apresentada no [item 1.2](#).



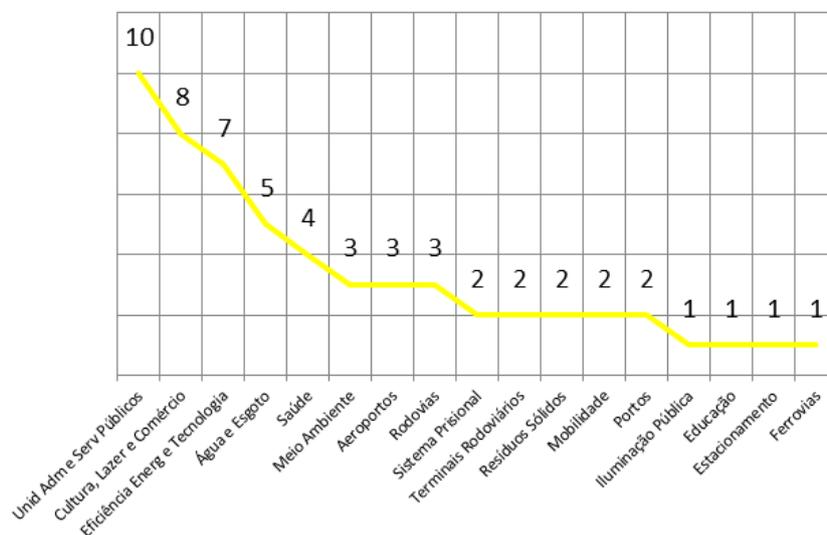
### 3.1.1 Desestatização no Estado do Piauí - quantitativos e recorte por segmento

Tendo como referência a pesquisa realizada no site do Radar PPP<sup>4</sup>, destaca-se o registro de 57 (cinquenta e sete) iniciativas no âmbito do Executivo Estadual, classificadas em 17 (dezesete) segmentos, conforme apresentado no **Gráfico 3.1**.

No âmbito do Executivo Estadual, os segmentos com maior quantidade de iniciativas são: Unidades Administrativas e Serviços Públicos; Cultura, Lazer e Comércio; e Eficiência Energética e Tecnologia. Juntos somam mais de 40% das iniciativas.

Registre-se, por oportuno, que nesta totalização existe registro de iniciativas em diferentes situações (*status*), desde intenção pública anunciada, modelagem, consulta pública, licitação, contrato, paralisado ou cancelado. Contudo, para o objetivo inicial de conhecer as iniciativas de projetos de desestatização, em especial as concessões e parcerias com o setor privado, seja no âmbito Estadual ou Municipal, a equipe de fiscalização avaliou ser possível utilizar esses dados sem prejuízo para o trabalho, tendo em vista a indisponibilidade de outra base tão robusta para realizar os comparativos com os demais estados e capitais da região nordeste.

**Gráfico 3.1 – Executivo Estadual: iniciativas concessões e parcerias por segmento**



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

<sup>4</sup> Ressalta-se que os registros no banco de dados do Radar PPP foram iniciados em 2014, sendo alimentado regularmente com os projetos de PPP e Concessões do País.



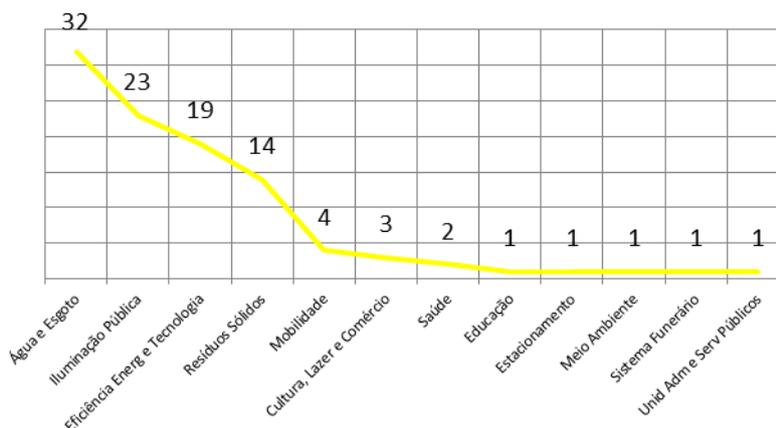
Os segmentos com maior percentual de iniciativas no âmbito do Executivo Estadual são: Unidades Administrativas e Serviços Públicos (17,54%), Cultura, Lazer e Comércio (14,04%), Eficiência Energética e Tecnologia (12,28%), Água e Esgoto (8,77%), e Saúde (7,02%), englobando aproximadamente 60% dos registros.

### 3.1.2 Desestatização nos Municípios Piauienses - quantitativos e recorte por segmento

Quanto aos Municípios Piauienses, destaca-se o registro de 102 (cento e dois) iniciativas, classificadas em 12 (doze) segmentos, conforme apresentado no **Gráfico 3.2**.

No âmbito dos Municípios Piauienses, os segmentos com maior quantidade de iniciativas são: **Água e Esgoto, e Iluminação Pública. Juntos somam mais de 53% das iniciativas.**

**Gráfico 3.2 - Municípios: iniciativas concessões e parcerias por segmento**



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

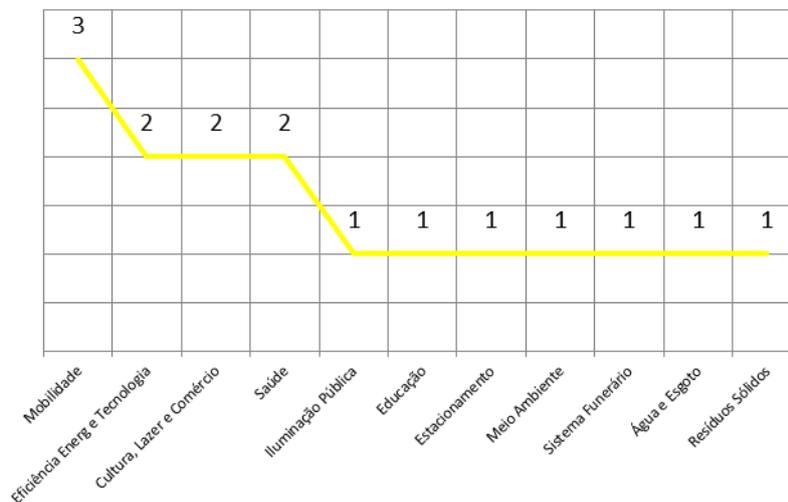
Os segmentos com maior percentual de iniciativas municipais são: Água e Esgoto (31,37%), Iluminação Pública (22,55%), Eficiência Energética e Tecnologia (18,63%), e Resíduos Sólidos (13,73%), englobando aproximadamente 86% dos registros.

Especificamente com relação à capital, Teresina, a pesquisa retornou o registro de 16 (dezesesseis) iniciativas, distribuídos por 11 (onze) segmentos, os quais são comuns aos demais municípios. No **Gráfico 3.3** pode-se visualizar esta distribuição.

**A capital Teresina tem maior número de iniciativas no segmento Mobilidade.**



**Gráfico 3.3 - Teresina: iniciativas concessões e parcerias por segmento**



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

Os segmentos com maior percentual de iniciativas da Capital Teresina são: Mobilidade (18,75%), seguido por Eficiência Energética e Tecnologia, Cultura, Lazer e Comércio, e Saúde (12,5% cada), englobando aproximadamente 56% dos registros.

### 3.1.3 Desestatização no Estado do Piauí e Capital Teresina - comparativo Nordeste

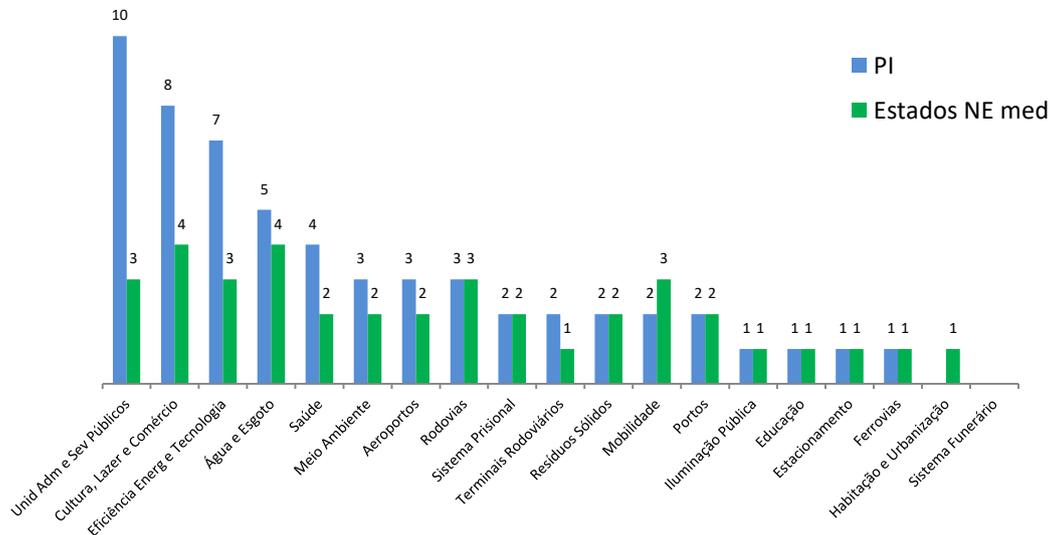
Em estudo comparativo, tendo como parâmetro a região Nordeste do país, tem-se que as iniciativas no âmbito do Executivo Estadual, que é de 57 (cinquenta e sete), apresenta certo destaque, considerando, com base na mesma premissa, que a média<sup>5</sup> para a região é de 38 (trinta e oito) iniciativas. No [Gráfico 3.4](#) pode-se observar melhor esta relação, inclusive por segmento.

**O Executivo Estadual tem 50% a mais de iniciativas do que a média dos Estados do Nordeste.**

<sup>5</sup> Registra-se que no resultado da média para a região Nordeste empregou-se a função do sistema excel: TETO.PRECISO (arredonda um número para cima, para o próximo inteiro).



**Gráfico 3.4 – Comparativo: iniciativas concessões e parcerias por segmento Piauí x média Estados Nordeste**

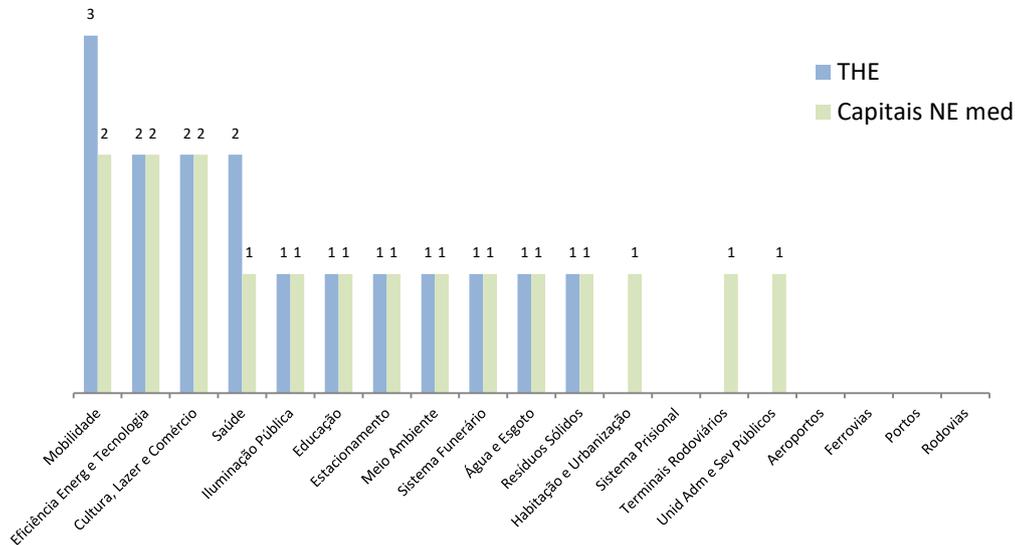


Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

De modo semelhante, realizando-se um comparativo tendo como parâmetro as capitais do Nordeste, tem-se que Teresina apresenta equivalência no número de iniciativas, considerando que a média para as capitais da região é de 17 (dezessete) frente aos 16 (dezesseis) registros para a capital piauiense. No [Gráfico 3.5](#) pode-se observar melhor esta relação, inclusive por segmento.

**Teresina destaca-se com iniciativas nos segmentos: Mobilidade e Saúde em comparação com a média das Capitais da região Nordeste.**

**Gráfico 3.5 - Comparativo: iniciativas concessões e parcerias por segmento  
Teresina x média Capitais Nordeste**



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

Para 9 (nove) segmentos, Teresina iguala-se à média referida. Para 2 (dois) segmentos: Mobilidade e Saúde, Teresina apresenta-se à frente em número de iniciativas retornada pela pesquisa. Para 3 (três) outros segmentos: Habitação e Urbanização, Terminais Rodoviários e Unidades Administrativas e Serviços Públicos, pontuados na média das capitais do Nordeste, Teresina não apresenta iniciativas.

### 3.2 Modalidades definidas de contratação nos projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios – quantitativo geral, recorte por segmento e comparativo Nordeste

Os contratos com objetos de processos de desestatização são firmados nas diversas modalidades, a saber: concessão comum, parceria público-privada patrocinada, parceria público-privada administrativa, concessão onerosa de uso de bem público, permissão de uso de bem público, cessão de uso de bem público, permissão de serviços públicos, contratação pública para solução inovadora (Lei nº 8.987/1995, Lei nº 11.079/2004, Lei Complementar nº 182/2021, e demais legislações setoriais específicas).

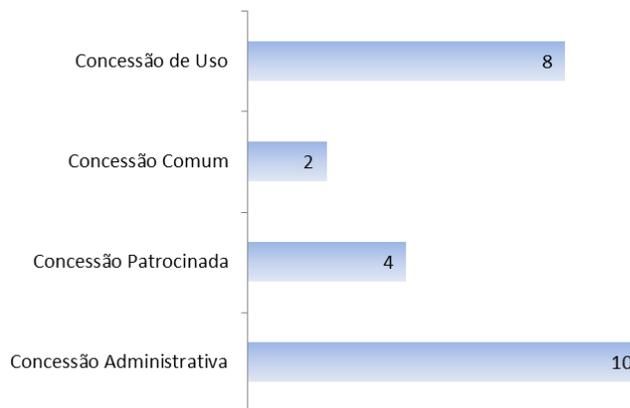


### 3.2.1 Modelagem de desestatização no Estado do Piauí - quantitativos e recorte por segmento

Tendo como referência a pesquisa realizada no site do Radar PPP<sup>4</sup>, destaca-se que das 57 (cinquenta e sete) iniciativas referentes ao Executivo Estadual, 24 (vinte e quatro) registros informam a modalidade definida de contratação: concessão comum, concessão patrocinada (PPP patrocinada), concessão administrativa (PPP administrativa), e concessão de uso, conforme apresentado no [Gráfico 3.6](#).

**Concessão Administrativa é a modalidade de contratação com maior quantitativo de iniciativas no âmbito do Executivo Estadual.**

**Gráfico 3.6 – Executivo Estadual: modalidade definida para os contratos**

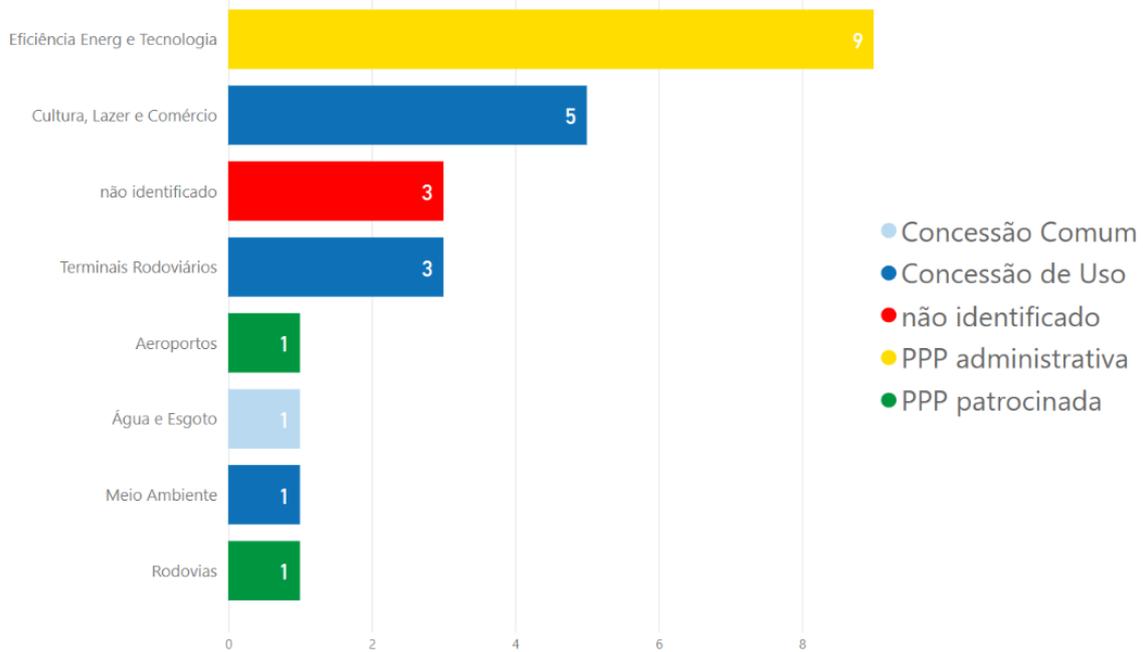


Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

No [Gráfico 3.7](#) pode-se observar a distribuição dos 24 (vinte e quatro) registros por modalidade definida para os contratos e por segmento.



**Gráfico 3.7 – Executivo Estadual: modalidade definida para os contratos e por segmento**

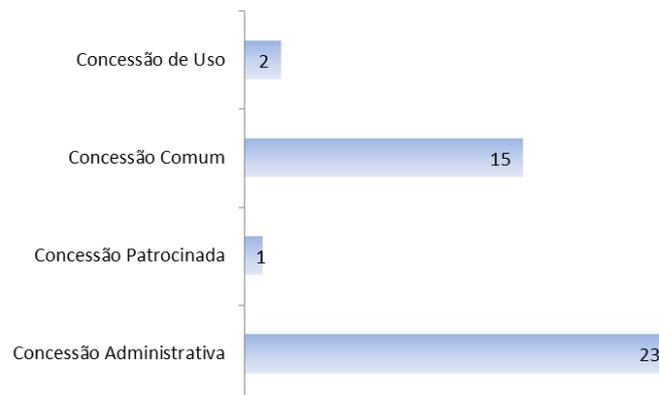


Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

### 3.2.2 Modelagem de desestatização nos Municípios Piauienses - quantitativos e recorte por segmento

Quanto aos Municípios Piauienses, destaca-se que das 102 (cento e dois) iniciativas, a pesquisa retornou 41 (quarenta e um) registros com a modalidade definida de contratação, distribuídos conforme apresentado no [Gráfico 3.8](#).

**Gráfico 3.8 - Municípios: modalidade definida para os contratos**

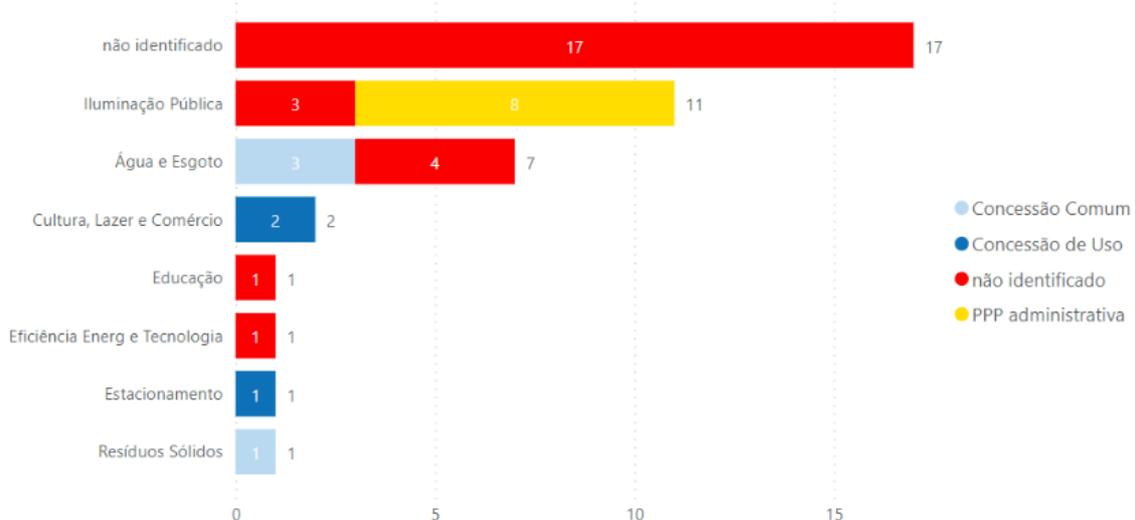


Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI



No **Gráfico 3.9** pode-se observar a distribuição dos 41 (quarenta e um) registros, por modalidade definida para os contratos e por segmento, a partir da complementação da informação do Radar PPP<sup>4</sup> com as pesquisas realizadas nos sistemas internos desta Corte de Contas (Licitações & Contratos *WEB* e Capture (dados IEGM 2021)), e no Livro Azul da ABDIB.

**Gráfico 3.9 – Municípios: modalidade definida para os contratos e por segmento**



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023); TCE-PI: Licitações & Contratos *Web* e Capture (dados IEGM 2021); Livro Azul (ABDIB). Elaboração TCE-PI

Registre-se que no segmento Iluminação Pública, especificamente para o Município Angical do Piauí, o objeto abrange os serviços de eficientização, operação e manutenção da iluminação pública, implantação, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e usina fotovoltaica.

No segmento Água e Esgoto, 3 (três) registros referem-se a abastecimento de água (concessão comum) e 4 (quatro) referem-se a água e esgoto (modalidade não definida). Ainda na classificação por segmento, apesar de o Radar PPP<sup>4</sup> relacionar a “Gestão dos Terminais de Integração e Estações de Passageiros no Município de Teresina” como “Mobilidade”, a equipe de fiscalização o classificou como “Cultura, Lazer e Comércio”, visto tratar-se de “serviços de gestão integrada e continuada, incluindo a manutenção e conservação dos equipamentos públicos, com fornecimento de materiais e mão de obra, precedida da concessão de uso dos espaços e equipamentos públicos para exploração de publicidade”.



Especificamente com relação a capital, Teresina, destaca-se que das 16 (dezesseis) iniciativas, a pesquisa retornou 13 (treze) registros com a modalidade definida de contratação, distribuídos conforme apresentado no **Gráfico 3.10**.

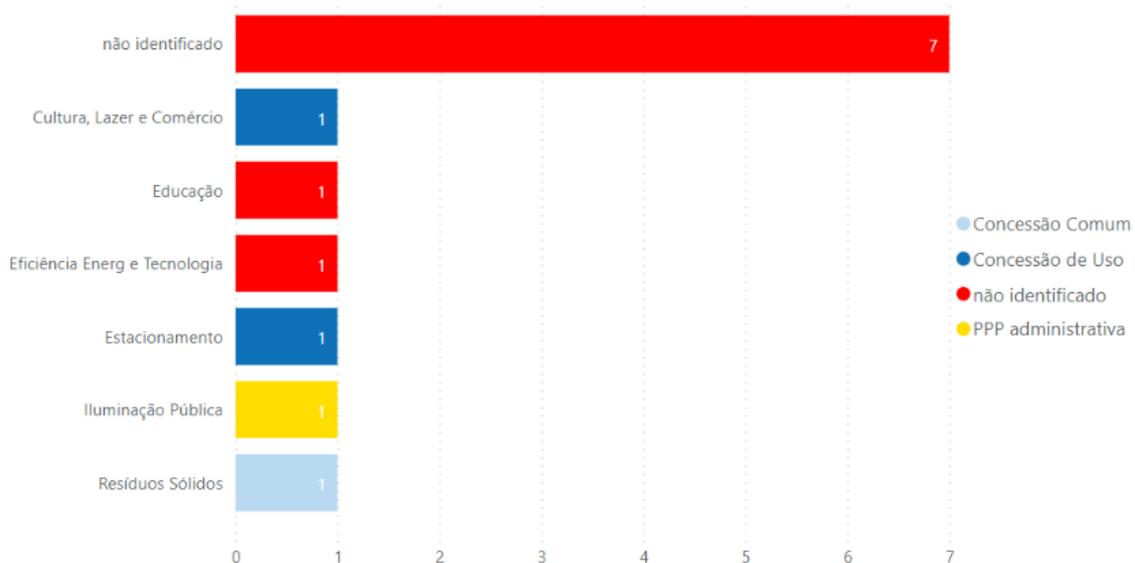
**Gráfico 3.10 – Teresina: modalidade definida para os contratos**



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

No **Gráfico 3.11** pode-se observar a distribuição dos 13 (treze) registros, por modalidade definida para os contratos e por segmento, a partir da complementação da informação do Radar PPP<sup>4</sup> com as pesquisas realizadas nos sistemas internos desta Corte de Contas (Licitações & Contratos *Web* e Capture (dados IEGM 2021)), e no Livro Azul da ABDIB.

**Gráfico 3.11 – Teresina: modalidade definida para os contratos e por segmento**



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023); TCE-PI: Licitações & Contratos *Web* e Capture (dados IEGM 2021); Livro Azul (ABDIB). Elaboração TCE-PI

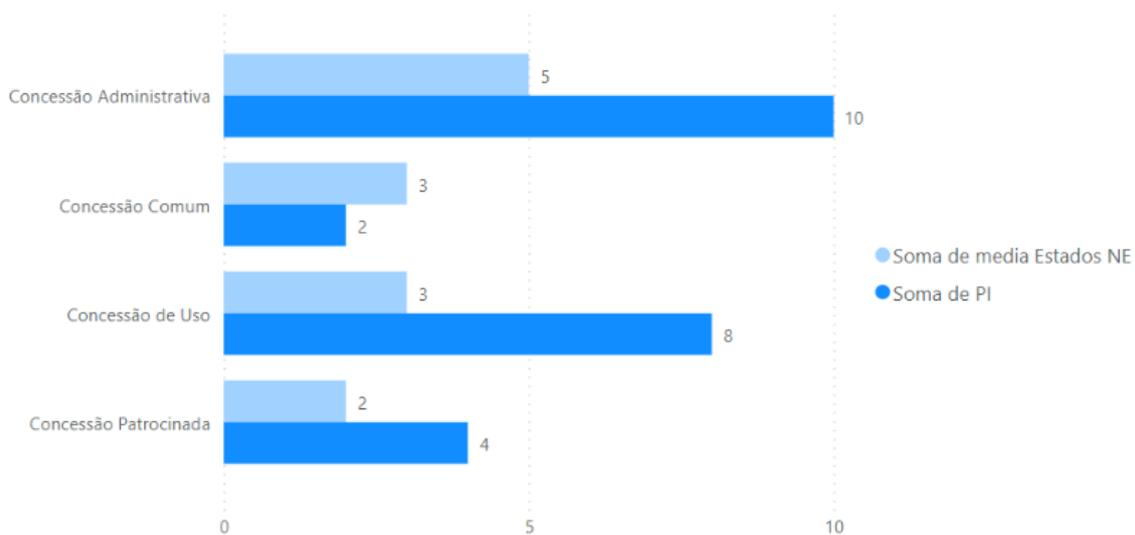


Aqui, vale a premissa adotada para o **Gráfico 3.9**, no que diz respeito à iniciativa referente aos Terminais de Integração e Estações de Passageiros no Município de Teresina.

### 3.2.3 Modelagem de desestatização no Estado do Piauí e Capital Teresina - comparativo Nordeste

Realizado estudo comparativo, tendo como parâmetro a região Nordeste do país, tem-se que a modalidade mais usada para os contratos de parcerias com o setor privado, tanto no âmbito do Executivo Estadual do Piauí, como em relação à média<sup>5</sup> para a região, é a concessão administrativa. Por outro lado, o menor número de iniciativas com a modalidade definida para os contratos é a concessão comum, e a concessão patrocinada, respectivamente, em relação ao Executivo Estadual do Piauí e a média dos Estados do Nordeste. No **Gráfico 3.12** pode-se observar melhor esta relação.

**Gráfico 3.12 - Comparativo: modalidade definida para os contratos Piauí x média Estados Nordeste**

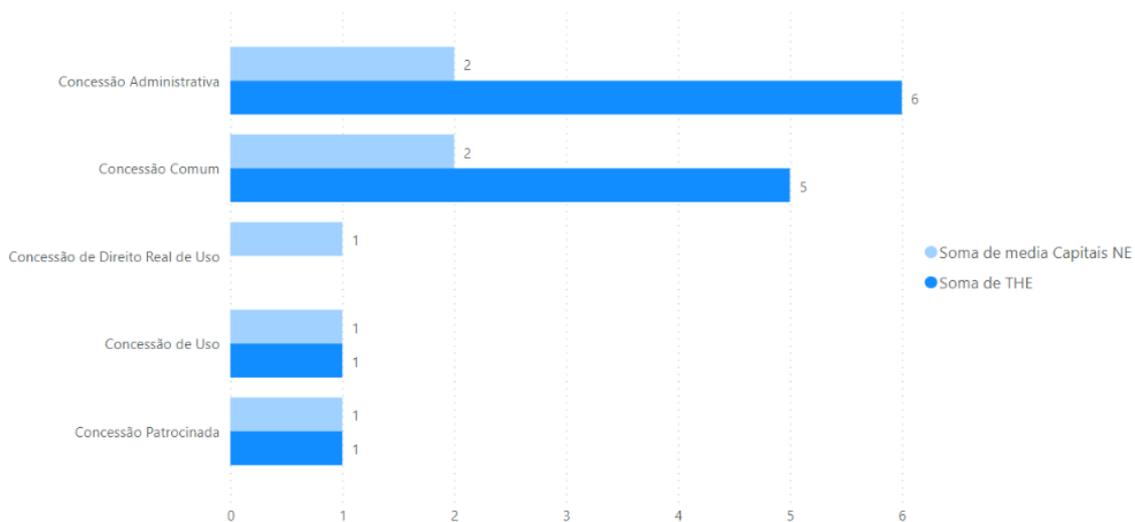


Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

De modo semelhante, realizando um comparativo, tendo como parâmetro as capitais do Nordeste, tem-se que a modalidade definida para os contratos da Capital, Teresina, predomina a concessão administrativa seguida da concessão comum. Em relação à média<sup>5</sup> para a região, têm-se igual quantidade de iniciativas com modalidade definida para os contratos como concessão administrativa e concessão comum. No **Gráfico 3.13** pode-se observar melhor esta relação.



**Gráfico 3.13 - Comparativo: modalidade definida para os contratos Teresina x média Capitais Nordeste**



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

### 3.3 Status dos projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios – quantitativo geral e comparativo Nordeste

Como já informado no [item 1](#), na realização do presente Levantamento, a equipe de fiscalização verificou quantas e quais são as iniciativas de processos de desestatização e regulação, em especial as concessões e parcerias do setor público com o setor privado, seja no âmbito do Executivo Estadual, seja no âmbito dos Municípios Piauienses. Ainda, identificou em que fase tais iniciativas se encontram: planejamento, contratação e/ou execução, encerradas (se houver), canceladas, ou outro status.

De modo especial, vislumbrou-se as concessões de serviços (concessão comum) e parcerias público-privadas em sentido estrito (concessão administrativa e concessão patrocinada), sem desconsiderar as demais modalidades de estruturação das parcerias em sentido amplo como concessões onerosas de uso de bem público, permissões de uso de bem público, cessões de uso de bem público e permissões de serviços públicos, bem como as contratações públicas para soluções inovadoras.



### 3.3.1 Status dos projetos de desestatização no Estado do Piauí – quantitativos e comparativo Nordeste

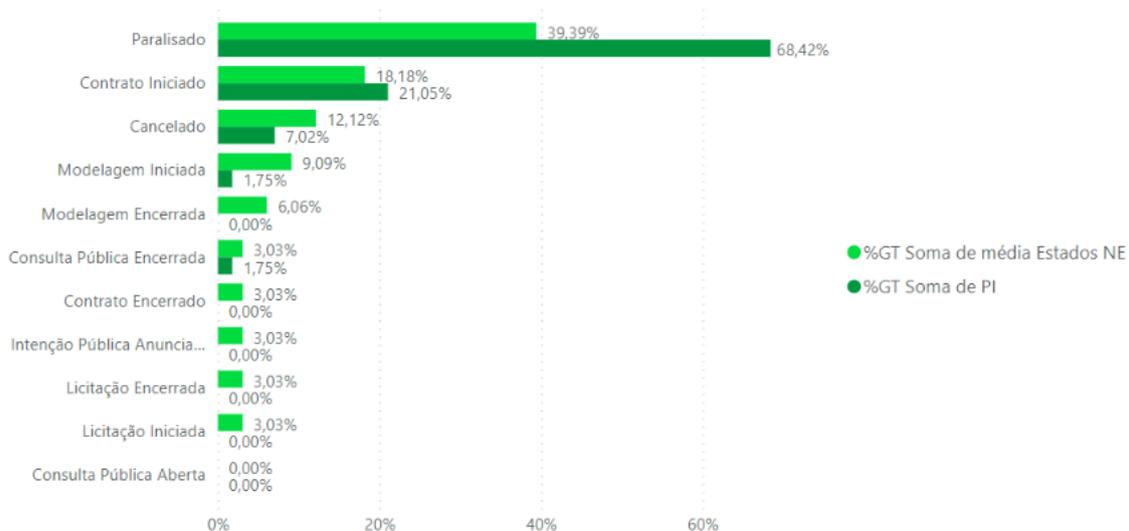
Como já registrado no [item 3.1](#), a pesquisa realizada no site do Radar PPP<sup>4</sup> totalizam iniciativas em diferentes situações (status), desde intenção pública anunciada, modelagem, consulta pública, licitação, contrato, paralisado ou cancelado.

Tendo como referência a referida pesquisa, no âmbito do Executivo Estadual do Piauí, as 57 (cinquenta e sete) iniciativas registradas encontram-se nas seguintes fases: modelagem iniciada (1); consulta pública encerrada (1); contrato iniciado (12); paralisado (39); e cancelado (4).

**No Executivo Estadual 51% das iniciativas de projetos de concessões encontram-se paralisadas.**

No [Gráfico 3.14](#) apresenta-se, em porcentagem, o comparativo do status das iniciativas no âmbito do Executivo Estadual do Piauí e a média dos Estados do Nordeste.

**Gráfico 3.14 - Comparativo: status iniciativas Piauí x média Estados Nordeste**



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

Na pesquisa realizada no site da SUPARC, foi possível identificar 23 (vinte e três) contratos assinados, em vez de 12 (doze). Essa diferença quanto ao status dos projetos, contudo, não invalida, para efeito comparativo, a informação apresentada no [Gráfico 3.14](#).



Complementando a informação apresentada no [Gráfico 3.14](#) com os dados retornados da pesquisa realizada no site da SUPARC, e admitindo que a mudança de status dá-se entre “contrato iniciado” e “paralisado”, apresenta-se na [Tabela 1](#) a respectiva alteração percentual.

**Tabela 1 - Comparativo: status iniciativas Piauí x média Estados Nordeste (revisado nº contratos iniciados Piauí)**

Status (iniciativas)	Média NE	Piauí
Paralisado	36,36%	50,88%
Contrato Iniciado	21,21%	38,60%
Cancelado	12,12%	7,02%
Modelagem Iniciada	9,09%	1,75%
Modelagem Encerrada	6,06%	
Consulta Pública Encerrada	3,03%	1,75%
Contrato Encerrado	3,03%	
Intenção Pública Anunciada	3,03%	
Licitação Encerrada	3,03%	
Licitação Iniciada	3,03%	
Consulta Pública Aberta		
	100%	100%

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023); Fonte: site da SUPARC.  
Acesso: 20fev2023. Elaboração TCE-PI

No [Quadro 3.1](#) estão relacionados os contratos em execução, com dados retornados da pesquisa realizada no site da SUPARC, bem como informações sobre: nº do processo licitatório, modalidade de contratação, nº do contrato, valor (nominal), e prazo.



**Quadro 3.1 – Executivo Estadual: contratos iniciados**

Descrição	Licitação (abertura)	Modalidade	Contrato			
			Nº	Valor	Prazo	
<b>Eficiência Energ e Tecnologia</b>						
Miniusinas de Energia Solar	Conc nº 02/2019 (01/09/20)	PPP - Administrativa	8	Nº 01 ... 08 (07/12/20)	150.347.048,58	25 anos
Rede IP Multiserviços (Piauí Conectado) <sup>(1)</sup>	Conc nº 02/2017 (30/10/17)	PPP - Administrativa	1	Nº 01/2018 (05/06/18)	396.878.130,07	30 anos
<b>Cultura, Lazer e Comércio</b>						
Centro de Convenções	Chamamento Publ nº 02/2021 (02/06/21)	Concessão de Uso (onerosa)	1	Nº 01/2021 (09/06/21)	7.217.473,51	20 anos
CEAPI - Central de Abastecimento (nova Ceasa)	Conc Internacional nº 01/2017 (19/04/17)	Concessão de Uso (onerosa)	1	Nº 02/2017 (03/05/17)	84.357.742,00	30 anos
Hotel Serra da Capivara	Conc nº 01/2020 (19/04/22)	Concessão de Uso (onerosa)	1	Nº 01/2022 (23/05/22)	5.390.448,92	35 anos
Piauí Center Modas	Conc nº 01/2019 (01/06/21)	Concessão de Uso (onerosa)	1	Nº 002/2021 (05/07/21)	15.622.462,80	25 anos
Ginásio VERDÃO	Conc nº 01/2018 (15/01/19)	Concessão de Uso (onerosa)	1	Nº 01/2019 (27/02/19)	6.815.388,34	20 anos
<b>Habitação e Urbanização</b>						
Habitar Servidor - Residencial Tiradentes	Chamamento Publ nº 01/2019 (09/06/20)	<b>não identificado</b>	1	S/N (28/08/20)	(2)	(2)
<b>Meio Ambiente</b>						
Bioparque Zoobotânico	Conc nº 002/2020 (08/11/21)	Concessão de Uso (onerosa)	1	Nº 004/2021 (22/12/21)	68.192.044,12	35 anos
<b>Terminais Rodoviários</b>						
Complexo Turístico (Terminal de Barra Grande)	(Audiência Pública - 23/10/19)	<b>Permissão de Uso (gratuita)</b>	1	Permissão Nº 001/2020 (22/12/20)	---	5 anos
Terminais Rodoviários: Teresina <sup>(3)</sup> , Picos e Floriano	Conc nº 001/2015 (03/11/15)	Concessão de Uso (onerosa)	3	Nº 01 ... 03 (03/12/15)	153.513.432,00	25 anos
<b>Água e Esgoto</b>						
Saneamento - Águas de Teresina	Conc Internacional nº 01/2016 (07/07/16)	Sub-concessão Plena	1	Nº 01/2017 (22/03/17)	1.731.580.000,00	31 anos
<b>Aeroportos</b>						
Aeroporto Parnaíba	Conc nº 01/2021 (20/12/21)	PPP - Patrocinada	1	Nº 01/2022 (14/02/22)	106.562.767,09	32 anos
<b>Rodovias</b>						
Rodovia Transcerrados	Conc nº 03/2020 (28/05/21)	PPP - Patrocinada	1	Nº 003/2021 (26/07/21)	650.049.692,73	30 anos
<b>Total</b>			<b>23</b>			

Nota:

<sup>(1)</sup> Valor inclui 4º Termo Aditivo, datado 07.05.2021 ( projeto expansão): R\$ 214.055,786,65 (contrato) + R\$ 182.822.343,42 (aditivo) = R\$ 396.878.130,07.

<sup>(2)</sup> Informação não localizada.

<sup>(3)</sup> Prazo alterado de 25 anos para 30 anos, conforme 1º Termo Aditivo, datado 08.03.2017.

Fonte: site da SUPARC. Acesso: 20fev2023. Elaboração TCE-PI

Constata-se que os projetos acima relacionados totalizam, aproximadamente, R\$ 3,376 bilhões de reais contratados (valor nominal), sendo que os de maior representatividade, em termos de valores, são: Saneamento - Águas de



Teresina (51,28%), Rodovia Transcerrados (19,25%), e Rede IP Multiserviços (Piauí Conectado) (11,75%), respondendo por 82,29% do total.

Registre-se que o projeto Habitar Servidor – Residencial Tiradentes não se encontra relacionado nas iniciativas resultantes da pesquisa no Radar PPP<sup>4</sup>. No que diz respeito à modalidade de contratação, o Complexo Turístico (Terminal de Barra Grande) encontra-se relacionado como concessão de uso (modalidade inicialmente prevista, mas que não se confirmou por ocasião da contratação).

### 3.3.2 Status dos projetos de desestatização nos Municípios Piauienses – quantitativos e comparativo Capitais do Nordeste

Quanto aos Municípios Piauienses, as 102 (cento e duas) iniciativas retornadas da pesquisa realizada no site do Radar PPP<sup>4</sup> encontram-se nas seguintes fases:

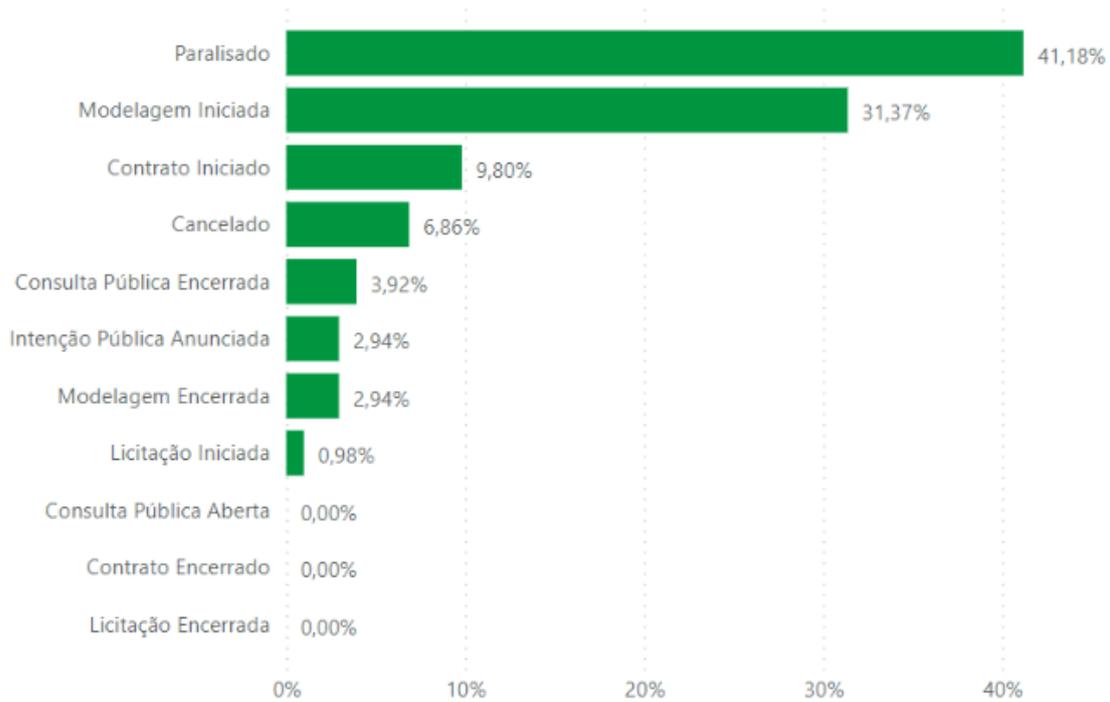
intenção pública anunciada (3); modelagem iniciada (32); modelagem encerrada (3); consulta pública encerrada (4); licitação iniciada (1); contrato iniciado (10); paralisado (42); e cancelado (7).

**Nos Municípios Piauienses 41% das iniciativas de projetos de concessões encontram-se paralisadas.**

No [Gráfico 3.15](#) pode-se observar melhor essa distribuição, a partir dos percentuais em relação ao total das iniciativas.



**Gráfico 3.15 – Municípios Piauienses: status iniciativas**



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

Ainda, na pesquisa Radar PPP<sup>4</sup> foi possível identificar os 10 (dez) contratos com status “iniciado”. No [Quadro 3.2](#) encontram-se relacionados, complementando as informações sobre: nº do processo licitatório, modalidade de contratação, nº do contrato, valor (nominal), e prazo, com os dados retornados da pesquisa realizada nos sistemas internos desta Corte de Contas (Licitações & Contratos *Web* e Capture (dados IEGM 2021)).



### Quadro 3.2 – Municípios Piauienses - contratos iniciados

Descrição	Licitação (abertura)	Modalidade	Contrato		
			Nº	Valor	Prazo
<b>Iluminação Pública</b>					
Água Branca	Conc nº 01/2019 (18/02/19)	PPP - administrativa	Nº 01/2019 (31/07/19)	34.944.776,64	24 anos
Angical do Piauí	Conc nº 02/2022 (30/05/22)	PPP - Administrativa	Nº 01/2022 (02/08/22)	28.079.528,06	25 anos
Campo Maior	Conc nº 01/2017 (30/01/17)	PPP - Administrativa	Nº 01/2017 (24/08/17)	47.530.008,00	24 anos
Castelo do Piauí	Conc nº 01/2020 (08/04/20)	PPP - Administrativa	Nº 01/2021 (02/12/21)	31.038.336,00	24 anos
Oeiras	Conc nº 01/2021 (13/09/21)	PPP - Administrativa	Nº 014/2022 (09/03/22)	51.840.000,00	24 anos
Porto	Conc nº 01/2019 (25/02/19)	PPP - Administrativa	Nº 032/2019 (08/07/19)	17.341.885,40	24 anos
Teresina	Conc nº 01/2019 (06/08/19)	PPP - Administrativa	Nº 13/2020 (16/07/20)	418.873.950,00	20 anos
<b>Água e Esgoto</b>					
Antônio Almeida <sup>(1)</sup>					
Bom Princípio do Piauí	Conc nº 003/2018 (13/07/18)	Concessão Comum		10.152.182,22	30 anos
Landri Sales <sup>(1)</sup>					

Nota:

<sup>(1)</sup> Informação não localizada.

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023); Fonte: sistemas internos TCE-PI (Licitações & Contratos Web, Capture (dados IEGM 2021)). Elaboração TCE-PI

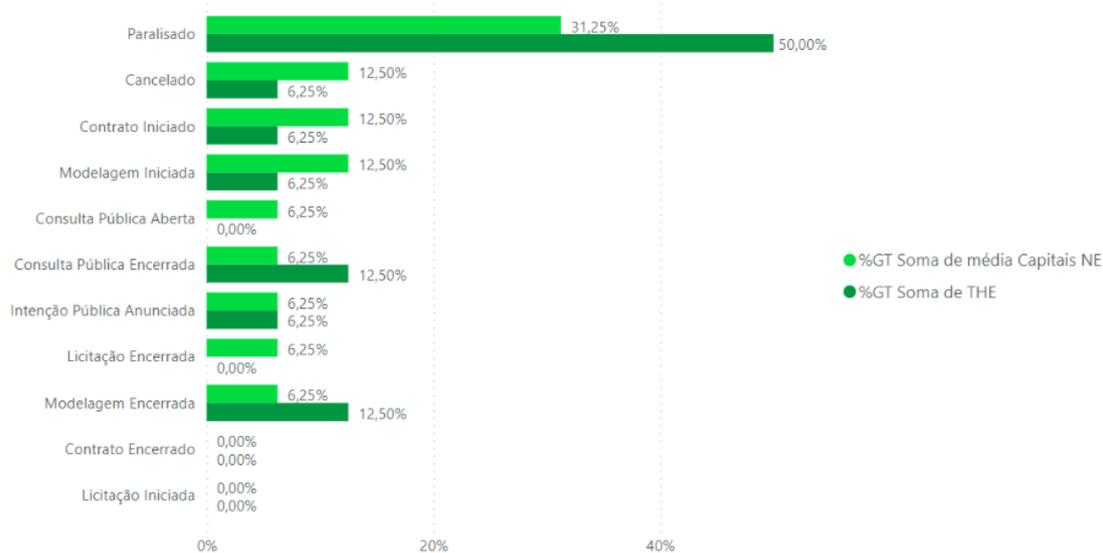
Constata-se que os projetos acima relacionados totalizam, aproximadamente, R\$ 640 milhões de reais contratados, sendo que o de maior representatividade, em termos de valores, é a Iluminação Pública de Teresina, respondendo por 65,47% do total.

Especificamente com relação a Capital, Teresina, as 16 (dezesesseis) iniciativas registradas encontram-se nas seguintes fases: intenção pública anunciada (1); modelagem iniciada (1); modelagem encerrada (2); consulta pública encerrada (2); contrato iniciado (1); paralisado (8); e cancelado (1).

No **Gráfico 3.16** apresenta-se, em porcentagem, o comparativo do status das iniciativas da Capital, Teresina, e a média das Capitais do Nordeste.



**Gráfico 3.16 - Comparativo: status iniciativas Teresina x média Capitais Nordeste**



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

### 3.4 Originação dos projetos de desestatização no Estado do Piauí e Municípios

A equipe de fiscalização procurou identificar os projetos cujos estudos de viabilidade e/ou modelagem tiveram origem por meio de PMI ou MIP.

No âmbito do Executivo Estadual, em pesquisa realizada no site da SUPARC, foi possível constatar 12 (doze) iniciativas por meio PMI/MIP, dentre as quais 3 (três) encontram-se com contrato em execução: Rede IP Multiserviços (Piauí Conectado), Piauí Center Modas, e Aeroporto de Parnaíba.

Para 13 (treze) iniciativas que resultaram em contratação, os estudos foram liderados pelo Setor Público: Mini-usinas de Energia Solar (8), Centro de Convenções, CEAPI – Central de Abastecimento (Nova Ceasa), Ginásio Verdão, Bioparque Zoobotânico, e Complexo Turístico (Terminal Barra Grande).

Para as outras 7 (sete) iniciativas que resultaram em contratação, não foi possível identificar a origem dos estudos: Hotel Serra da Capivara, Habitar Servidor – Residencial Tiradentes, Terminais Rodoviários (Teresina, Picos e Floriano), Saneamento – Águas de Teresina, e Rodovia Transcerrados.

Especificamente para a Capital, Teresina, a pesquisa realizada no Radar PPP<sup>4</sup> retornou 4 (quatro) iniciativas por meio PMI/MIP, todas com o status “paralisado”:



Terminais de Integração e Estações de Embarque e Desembarque, Bicicletas compartilhadas, Eficiência Energética, e Estacionamento Rotativo.

Por fim, com as pesquisas realizadas foi possível informar que nenhum projeto foi iniciado por meio de *sandbox* regulatório (Lei Complementar nº 182/2021), em nenhuma das esferas da administração, seja estadual ou municipal.

### 3.5 Distribuição, por região geográfica, dos projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios

O Piauí está dividido em 12 (doze) Territórios de Desenvolvimento (TD), e estes estão subdivididos em Aglomerados de Municípios (AM).

No âmbito do Executivo Estadual, inicialmente, observa-se concentração de projetos nas regiões geográficas que englobam as cidades de grande porte, como Teresina, Parnaíba e Uruçuí.

**No Executivo Estadual 26% das iniciativas de concessões e parcerias com o setor privado são dos segmentos Eficiência Energética e Tecnologia, e Cultura, Lazer e Comércio.**

As Regiões Geográficas mais atendidas pelos projetos de concessões e parcerias com o setor privado são os Territórios de Desenvolvimento que congregam as cidades acima citadas, a saber: TD Entre Rios, TD Planície Litorânea e TD Tabuleiros do Alto Parnaíba.

Observa-se, também, que nos demais TDs há grande capilaridade de projetos dos diversos segmentos, tendo em vista fatores como o porte do município, como também a potencialidade local.

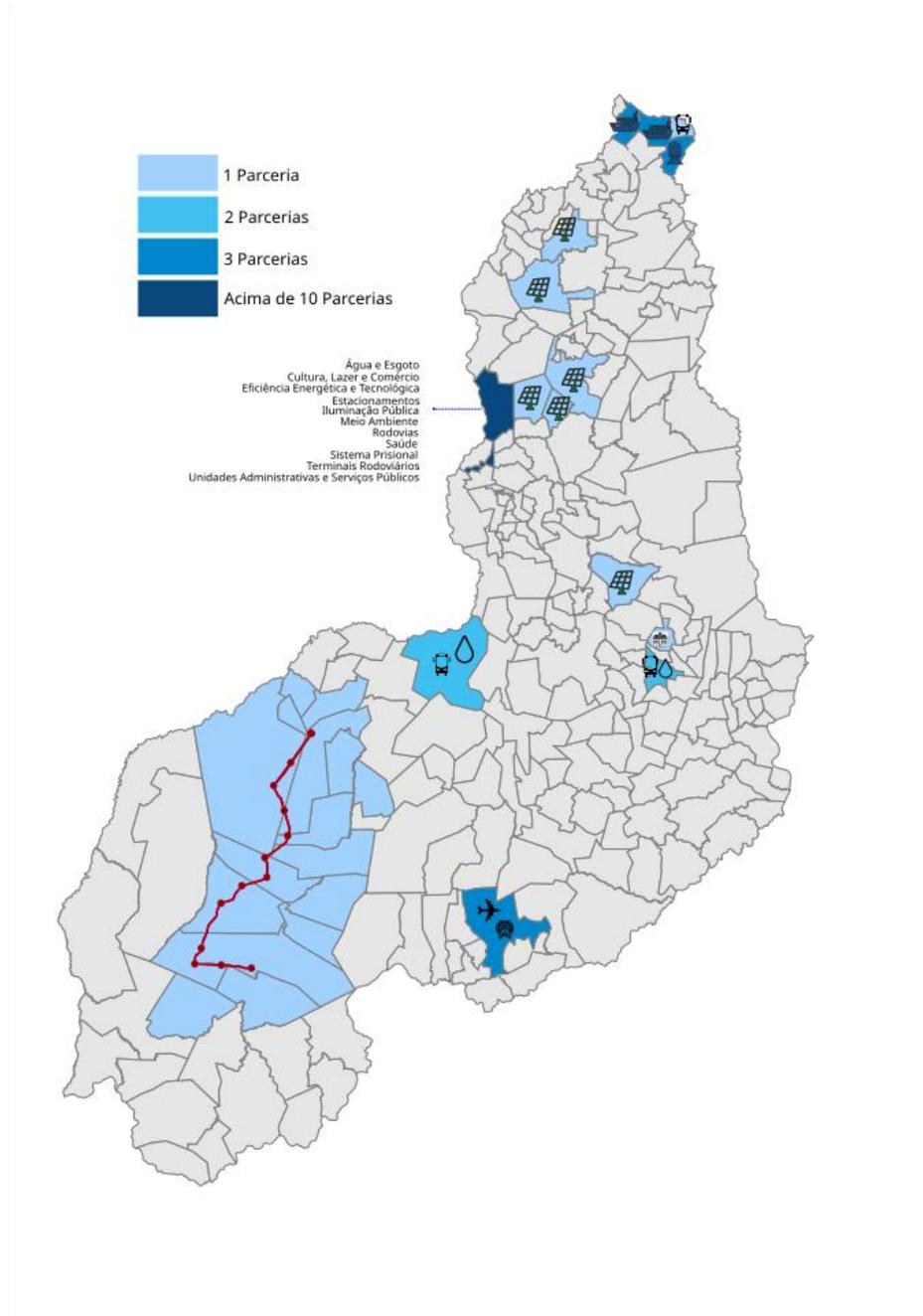
Como exemplo, cita-se a Transcerrados<sup>6</sup>, no segmento de rodovias, um projeto estratégico para o Agronegócio Piauiense (Rota da Soja) que se integra ao MATOPIBA, território de desenvolvimento regional, que reúne os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

No mapa da [Figura 3.1](#) tem-se a visão panorâmica desta distribuição.

<sup>6</sup> Atende as seguintes cidades: Uruçuí, Sebastião Leal, Bertolínia, Antônio Almeida, Landri Sales, Eliseu Martins, Manoel Emídio, Alvorada do Gurguéia, Cristino Castro, Palmeira do Piauí, Currais, Santa Luz, Bom Jesus, Redenção de Gurguéia, Monte Alegre do Piauí e grandes povoados como Palestina.



Figura 3.1 – Estado do Piauí (Executivo): distribuição das iniciativas por localização



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI



No âmbito dos Municípios Piauienses, inicialmente observa-se concentração de projetos nas regiões geográficas que englobam as cidades de grande porte, como Teresina, Parnaíba e Floriano.

As regiões geográficas mais atendidas pelos projetos de concessões e parcerias com o setor privado são os Territórios de Desenvolvimento que congregam as cidades acima citadas, a saber: TD Entre Rios, TD Planície Litorânea e TD Vale dos Rios Piauí e Itaueiras.

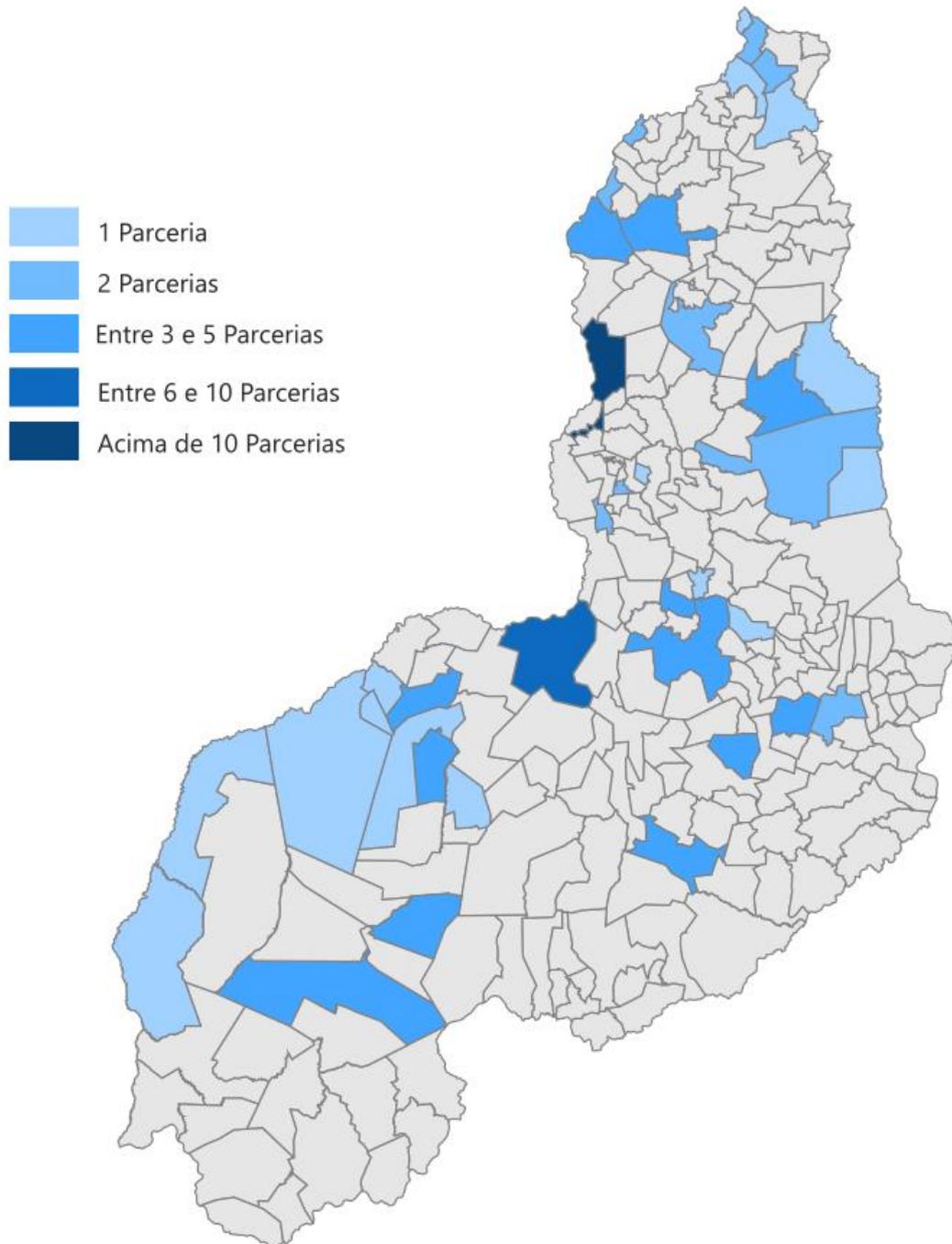
**Nos Municípios Piauienses 53,9% das iniciativas de concessões e parcerias com o setor privado são dos segmentos Iluminação Pública e Água e Esgoto.**

Observa-se, também, que nos demais TDs há grande capilaridade de projetos dos diversos segmentos, tendo em vista o interesse local atribuído pelas Constituição Federal e Estadual do Piauí.

No mapa da [Figura 3.2](#) tem-se a visão panorâmica desta distribuição.



**Figura 3.2 – Municípios Piauienses: distribuição das iniciativas por município**



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

## 4 CONCLUSÃO

Realizado o Levantamento, tendo como objetivo conhecer programas e ações governamentais sobre parcerias do Setor Público com o Privado no Estado do Piauí e Municípios, compreendendo os exercícios de 2016 a 2023 (1º trimestre), pode-se evidenciar um panorama de como se encontram as iniciativas dos projetos de concessões e parcerias em sentido amplo, vistas como instrumento importante para viabilizar a oferta de infraestrutura econômica (relacionada ao setor produtivo como transporte, energia e telecomunicação) e social (relacionada, por exemplo, à saúde (hospitais), educação (escolas e universidades), instalações públicas (moradias comunitárias e prisões)), com potencial de agregar qualidade de vida à população.



A partir das pesquisas realizadas, como detalhado no [item 1.2](#), considerando tais iniciativas nos diversos estágios de desenvolvimento (status), desde: Intenção pública anunciada; Modelagem; Consulta pública; Licitação; Contratação; Paralisado; ou Cancelado, como também os diversos segmentos: Eficiência Energética e Tecnologia; Iluminação Pública; Cultura, Lazer e Comércio; Educação; Estacionamento; Habitação e Urbanização; Meio Ambiente; Saúde; Sistema Funerário; Sistema Prisional; Terminais Rodoviários; Unidades Administrativas e Serviços Públicos; Água e Esgoto; Resíduos Sólidos; Aeroportos; Ferrovias; Mobilidade; Portos; e Rodovias, os resultados<sup>4</sup> são apresentados na [Tabela 2](#).

**Tabela 2 – Resultados do Levantamento: iniciativas / nº segmentos**

Local	Iniciativas	Segmentos
Estado do Piauí	57	17
Municípios Piauienses	102	12
Teresina	16	11
Média Estados Nordeste <sup>5</sup>	38	18
Média Capitais Nordeste <sup>5</sup>	17	14

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

No âmbito do Executivo Estadual os segmentos com maior percentual de iniciativas são: Unidades Administrativas e Serviços Públicos (17,54%), Cultura, Lazer e Comércio (14,04%), Eficiência Energética e Tecnologia (12,28%), Água e Esgoto (8,77%), e Saúde (7,02%), englobando aproximadamente 60% dos registros.



Quanto aos Municípios Piauienses, tendo em vista o interesse local atribuído pela CF/88, os segmentos com maior percentual de iniciativas são: Água e Esgoto (31,37%), Iluminação Pública (22,55%), Eficiência Energética e Tecnologia (18,63%), e Resíduos Sólidos (13,73%), englobando aproximadamente 86% dos registros.

Quanto a Capital Teresina, os segmentos destacados são: Mobilidade (18,75%), seguido por Eficiência Energética e Tecnologia, Cultura, Lazer e Comércio, e Saúde (12,5% cada), englobando aproximadamente 56% dos registros.

Com relação às modalidades definidas de contratação, os resultados<sup>4</sup> das pesquisas realizadas são apresentados na **Tabela 3**. Registra-se que no âmbito estadual os registros informam a modalidade definida para 24 (vinte e quatro) das 57 (cinquenta e sete) iniciativas. Para os municípios, os registros informam a modalidade definida para 41 (quarenta e um) das 102 (cento e duas) iniciativas. Já para a Capital Teresina, os registros informam a modalidade definida para 13 (treze) das 16 (dezesesseis) iniciativas.

**Tabela 3 - Resultados do Levantamento: iniciativas / nº segmentos**

Modalidade	Concessão Comum	Concessão de Uso	PPP Administrativa	PPP Patrocinada
Estado do Piauí	2	8	10	4
Municípios Piauienses	15	2	23	1
Teresina	5	1	6	1
Média Estados Nordeste <sup>5</sup>	3	3	5	2
Média Capitais Nordeste <sup>5</sup>	2	1	2	1

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

Especificamente para o Estado do Piauí, pesquisa realizada no site da SUPARC retornou 23 (vinte e três) contratos iniciados (**Quadro 3.1**), confirmando a predominância da modalidade de contratação como Concessão Administrativa (PPP Administrativa). Em termos de valor contratado importam em, aproximadamente, R\$ 3,376 bilhões de reais (valor nominal), sendo que os de maior representatividade, em termos de valores, são: Saneamento - Águas de Teresina (51,28%), Rodovia Transcarrados (19,25%), e Rede IP Multiserviços (Piauí Conectado) (11,75%), respondendo por 82,29% do total.

Registra-se que a modalidade de contratação como Concessão Administrativa (PPP Administrativa) também é a mais elegida com relação à região Nordeste, seja na média dos estados ou das capitais, bem como com relação a Capital Teresina. Com relação a esta, os valores contratados são da ordem de R\$ 640 milhões



de reais, sendo que o de maior representatividade, em termos de valores, é a Iluminação Pública de Teresina, respondendo por 65,47% do total (**Quadro 3.2**).

Retomando o aspecto do estágio de desenvolvimento (status) das iniciativas, os resultados<sup>4</sup> são apresentados na **Tabela 4**.

**Tabela 4 - Resultados do Levantamento: status das iniciativas**

Status	Estado do Piauí	Municípios Piauienses	Teresina	Média Estados Nordeste <sup>5</sup>	Média Capitais Nordeste <sup>5</sup>
Intenção Pública Anunciada		2,94%	6,25%	3,03%	6,25%
Modelagem Iniciada	1,75%	31,37%	6,25%	9,09%	12,50%
Modelagem Encerrada		2,94%	12,50%	6,06%	6,25%
Consulta Pública Aberta					6,25%
Consulta Pública Encerrada	1,75%	3,92%	12,50%	3,03%	6,25%
Licitação Iniciada		0,98%		3,03%	
Licitação Encerrada				3,03%	6,25%
Contrato Iniciado	21,05%	9,80%	6,25%	18,18%	12,50%
Contrato Encerrado				3,03%	
Paralisado	68,42%	41,18%	50,00%	39,39%	31,25%
Cancelado	7,02%	6,86%	6,25%	12,12%	12,50%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI

Registra-se que na pesquisa realizada no site da SUPARC foi possível identificar 23 (vinte e três) contratos iniciados no âmbito do Executivo Estadual, quando a pesquisa Radar PPP<sup>4</sup> retornou 12 (doze). Essa diferença quanto ao status, contudo, não invalida, para efeito comparativo, a informação apresentada na tabela acima. Admitindo-se que a mudança de status dá-se entre “contrato iniciado” e “paralisado”, os novos percentuais são: 38,60% e 50,88%, respectivamente, para o Estado do Piauí, e 21,21% e 36,36%, respectivamente, para a média dos Estados do Nordeste.

Dos dados apresentados, observou-se que, embora o Estado do Piauí tenha um percentual mais elevado de iniciativas paralisadas (50,88%) frente à média dos Estados do Nordeste (36,36%), o percentual de contratos iniciados (38,60%) é superior à média dos estados da região (21,21%). Quanto à Capital, Teresina, observou-se que metade das iniciativas apresenta o status “paralisada” frente a aproximadamente um terço quando se trata da média das Capitais do Nordeste. Com relação aos contratos iniciados o percentual da Capital Piauiense corresponde à metade da média das Capitais Nordestinas.



Com relação à originação dos projetos de desestatização no âmbito do Executivo Estadual, a pesquisa realizada no site da SUPARC identificou: (i) 3 (três) contratos em execução tiveram origem por meio PMI/MIP: Rede IP Multiserviços (Piauí Conectado), Piauí Center Modas, e Aeroporto de Parnaíba; (ii) outros 13 (treze) contratos, os estudos foram liderados pelo Setor Público: Miniusinas de Energia Solar (8), Centro de Convenções, CEAPI – Central de Abastecimento (Nova Ceasa), Ginásio Verdão, Bioparque Zoobotânico, e Complexo Turístico (Terminal Barra Grande); (iii) para os demais contratos não foi possível identificar a origem dos estudos. Com relação à Capital Teresina, as iniciativas que tiveram origem por meio PMI/MIP encontram-se “paralisadas”.

Quanto à distribuição, por região geográfica, dos projetos de concessões e parcerias com o setor privado no âmbito do Executivo Estadual, observou-se que a concentração dá-se nos Territórios de Desenvolvimento Entre Rios, Planície Litorânea e Tabuleiros do Alto Parnaíba, regiões geográficas que englobam as cidades de maior porte, como Teresina, Parnaíba e Uruçuí. Nos demais TDs, observou-se grande capilaridade de projetos dos diversos segmentos, em virtude, além do porte do município, da potencialidade local, como o importante projeto Transcerrados<sup>6</sup> no segmento de Rodovias.

Em relação aos Municípios Piauienses, a concentração das iniciativas por Território de Desenvolvimento acompanha o que ocorre a nível estadual, englobando as cidades de maior porte, como Teresina, Parnaíba e Floriano.

Infográfico com resultado das análises encontra-se na Peça 8.

## **5 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

Considerando que o processo de levantamento não acarreta sanções e que a modalidade processual dispensa a citação dos gestores, a Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações (DFCONTRATOS) requer a submissão desse relatório ao Plenário para conhecimento e deliberação quanto às seguintes propostas de encaminhamento:

Preliminarmente:

a) Remessa dos autos ao representante do Ministério Público de Contas do Estado do Piauí, na forma regimental.

Ao final do procedimento:



b) Encaminhamento do presente Relatório de Levantamento para comunicação dos resultados, para ciência, por meio do cadastro de avisos (sistema interno – TCE-PI):

b1 Aos gestores do Governo do Estado do Piauí, Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, Prefeituras e Câmaras Municipais;

b2 Ao gestor da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), dada a atribuição como órgão responsável por gerir as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões realizadas pela Administração Pública Estadual, a qual está vinculada a Superintendência de Parcerias e Concessões (SUPARC), entidade responsável por coordenar as atividades do Conselho Gestor de PPP e Concessões entre outras atribuições, como executar as atividades operacionais e de coordenação de parcerias público-privadas;

b3 Ao gestor da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí (AGRESPI), autarquia que tem por finalidade regular e fiscalizar os serviços públicos delegados do Estado do Piauí;

b4 Ao gestor da Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina (ARSETE), autarquia de regime especial, com a função de entidade reguladora, normatizadora, de controle e fiscalização dos serviços públicos do município;

b5 Ao gestor da Agência Parnaibana de Regulação de Serviços Públicos (ASERPA), autarquia de regime especial, com a função de entidade reguladora, normatizadora, de controle e fiscalização dos serviços públicos do Município de Parnaíba;

b6 Ao gestor da Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Estado do Piauí (Investe Piauí);

b7 Ao gestor do Instituto de Águas e Esgotos do Piauí (IAEPI).

c) Encaminhamento do presente Relatório de Levantamento para comunicação dos resultados, para ciência:

c1 À Associação Piauiense de Municípios (APPM);

c2 À União das Câmaras Municipais do Estado do Piauí (AVEP).

d) Autorização para promoção de divulgação dos resultados obtidos por meio dos painéis/infográficos resultantes desse trabalho, nos meios de comunicação,



no site institucional e redes sociais do TCE-PI, a fim de oferecer ao cidadão o acesso à informação clara e de fácil compreensão, fortalecendo assim o controle social;

e) Após todas as providências, determinar o arquivamento do feito.

Registra-se que o presente Levantamento oportunizou identificar temas específicos para o PACEX 2023/2024, e será utilizado como baliza para a realização de outros trabalhos de fiscalização de iniciativa da DFCONTRATOS 5.

É o relatório.

Teresina, 31 de março de 2023.

(assinado digitalmente)

**Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo**  
Auditora de Controle Externo – Área Jurídica  
Matrícula 97.687-3

(assinado digitalmente)

**Leonardo César Santos Chaves**  
Auditor de Controle Externo – Área Comum  
Matrícula 97.855-8

(assinado digitalmente)

**Teresa Cristina de Jesus Guimarães Moura**  
Auditora de Controle Externo – Área Engenharia  
Matrícula 97.130-8

#### **SUPERVISÃO:**

(assinado digitalmente)

**Enrico Ramos de Moura Maggi**  
Auditor de Controle Externo – Área Jurídica  
Matrícula 97.628-8  
Chefe da DFCONTRATOS 5

#### **VISTO:**

(assinado digitalmente)

**Elbert Silva Luz Alvarenga**  
Auditor de Controle Externo – Área Jurídica  
Matrícula 97.452-8  
Diretor da DFCONTRATOS

## APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS SITES OFICIAIS DOS ESTADOS DO NORDESTE

Os dados foram acessados a partir de fevereiro de 2023.

PIAUI:

<http://www.ppp.pi.gov.br/pppteste/>

ALAGOAS:

<https://www.alagoasativos.com.br/ppps-e-concessoes/consultas-e-audiencias-publicas/>

BAHIA:

<http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/ppp/projetos.htm>

CEARÁ:

<http://papp.seplag.ce.gov.br/papp/index.php/2016-10-05-20-03-04>

MARANHÃO:

<https://mapa.ma.gov.br/>

PARAÍBA:

<https://ppp.pb.gov.br/programa-estadual-de-parceria-publico-privada>

PERNAMBUCO:

<https://www.parcerias.pe.gov.br/>

SERGIPE:

<https://www.ppp.se.gov.br/carteira-de-projetos/>



## APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS PROJETOS, POR SEGMENTO, NO ESTADO DO PIAUÍ (pesquisa Radar PPP<sup>4</sup>)

Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
1	Piauí Conectado	PIAUÍ	Eficiência Energética e Tecnológica	Cancelado
2	Serviços Compartilhados do Centro Administrativo	Piauí	Eficiência Energética e Tecnológica	Cancelado
3	Miniusinas de Energia Solar	Campo Maior, Altos, Barras, Coivaras, Esperantina, Valença	Eficiência Energética e Tecnológica	Contrato Iniciado
4	Rede IP Multiserviços	PIAUÍ	Eficiência Energética e Tecnológica	Contrato Iniciado
5	Piauí Inteligente	PIAUÍ	Eficiência Energética e Tecnológica	Modelagem (A)
6	Centro Estadual de Biotecnologia	Teresina	Eficiência Energética e Tecnológica	Paralisado
7	Conexão de Internet nas Unidades Escolares Estaduais	PIAUÍ	Eficiência Energética e Tecnológica	Paralisado
8	Parque de Iluminação do Centro Administrativo	Teresina	Iluminação Pública	Paralisado
9	Complexo Turístico do Estado	Luís Correia	Cultura, Lazer e Comércio	Cancelado
10	Central de Abastecimento do Piauí - Ceapi	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Contrato Iniciado
11	Centro de Convenções de Teresina	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Contrato Iniciado
12	Complexo Esportivo Verdão	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Contrato Iniciado
13	Hotel Serra da Capivara	São Raimundo Nonato	Cultura, Lazer e Comércio	Contrato Iniciado
14	Piauí Center Modas	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Contrato Iniciado
15	Central de Artesanato Mestre Dezinho	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Paralisado
16	Estádio Albertão	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Paralisado
17	Rede de Infraestrutura Escolar	Piauí	Educação	Paralisado
18	Prédio Garagem do Centro Administrativo	Teresina	Estacionamentos	Paralisado
19	Parque Zoobotânico de Teresina	Teresina	Meio Ambiente	Contrato Iniciado
20	Colônia Agrícola Sustentável	PIAUÍ	Meio Ambiente	Paralisado
21	Complexo de Piscicultura do Piauí	Piauí	Meio Ambiente	Paralisado
22	Rede de Saúde Digital	PIAUÍ	Saúde	Consulta Pública Encerrada
23	Central de Lavanderia Hospitalar e Centro de Material e Esterilização	PIAUÍ	Saúde	Paralisado



Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
24	Hospital Materno-Infantil	Teresina	Saúde	Paralisado
25	Nova Maternidade	Teresina	Saúde	Paralisado
26	Complexo Criminal da Grande Teresina	Teresina	Sistema Prisional	Paralisado
27	Sistema Prisional		Sistema Prisional	Paralisado
28	Terminal Barra Grande	Cajueiro da Praia	Terminais Rodoviários	Cancelado
29	Terminais Rodoviários	Teresina, Picos e Floriano	Terminais Rodoviários	Contrato Iniciado
30	Centro Administrativo	Teresina	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
31	Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão – Parnaíba	Parnaíba	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
32	Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão - São João do Piauí	São João do Piauí	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
33	Centros Integrados de Atendimento aos Cidadãos	PIAUÍ	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
34	Complexo da Secretaria de Segurança	Teresina	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
35	Gestão Integrada do Corpo de Bombeiros		Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
36	Piauí Eficiente	PIAUÍ	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
37	Plataforma Logística Multimodal	ESTADO	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
38	Sede do Ministério Público	Teresina	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
39	Unidade do Programa Espaço da Cidadania de Teresina	Teresina	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
40	Saneamento Básico de Teresina	Teresina	Água e Esgoto	Contrato Iniciado
41	Saneamento Básico de Floriano	Floriano	Água e Esgoto	Paralisado
42	Saneamento Básico de Picos	Picos	Água e Esgoto	Paralisado
43	Saneamento Básico dos Municípios da Região de Entre Rios	PIAUÍ	Água e Esgoto	Paralisado
44	Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - Municípios	PIAUÍ	Água e Esgoto	Paralisado
45	Gestão de Resíduos de Saúde	PIAUÍ	Resíduos Sólidos	Paralisado
46	Resíduos Sólidos Urbanos - Municípios	PIAUÍ	Resíduos Sólidos	Paralisado
47	Aeroporto de Parnaíba	Parnaíba	Aeropostos	Contrato Iniciado



Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
48	Aeroporto de São Raimundo Nonato	São Raimundo Nonato	Aeroportos	Paralisado
49	Aeroporto Serra da Capivara	São Raimundo Nonato	Aeroportos	Paralisado
50	Ferrovia de Luís Correia	Luís Correia	Ferrovias	Paralisado
51	Hidrovia do Rio Parnaíba	PIAUÍ	Mobilidade	Paralisado
52	Veículo Leve sobre Trilhos	Teresina	Mobilidade	Paralisado
53	Porto das Barcas	Parnaíba	Portos	Paralisado
54	Porto de Luís Correia	Luís Correia	Portos	Paralisado
55	Rodovia Transcerrados	Uruçuí, Sebastião Leal, Bertolândia, Antônio Almeida, Landri Sales, Eliseu Martins, Manoel Emídio, Alvorada do Gurguéia, Cristino Castro, Palmeira do Piauí, Currais, Santa Luz, Bom Jesus, Redenção de Gurguéia, Monte Alegre do Piauí e grandes povoados como Palestina	Rodovias	Contrato Iniciado
56	Contorno Rodoviário de Teresina	Teresina	Rodovias	Paralisado
57	Duplicação da BR 343	Teresina, Altos, Campo Maior	Rodovias	Paralisado

(A) Modelagem - Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados  
(C) Modelagem - Estudos Liderados pelo Setor Público Encerrados

(B) Modelagem - PMI Iniciado  
(D) Modelagem - PMI Encerrado

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI



## APÊNDICE C - RELAÇÃO DOS PROJETOS, POR SEGMENTO, NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES (pesquisa Radar PPP<sup>4</sup>)

Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
1	Usina Solar Fotovoltaica	Barras	Eficiência Energética e Tecnologia	Cancelado
2	Usina de Energia Fotovoltaica	Teresina	Eficiência Energética e Tecnologia	Consulta Pública Encerrada
3	Usina Solar Fotovoltaica	Bertolínia	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
4	Usina Solar Fotovoltaica	Floriano	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
5	Usina Solar Fotovoltaica	Jaicós	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
6	Usina Solar Fotovoltaica	Campinas do Piauí	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
7	Usina Solar Fotovoltaica	Tanque do Piauí	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
8	Usina Solar Fotovoltaica	Itainópolis	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
9	Usina Solar Fotovoltaica	Castelo do Piauí	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
10	Usina Solar Fotovoltaica	Miguel Alves	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
11	Usina Solar Fotovoltaica	Cristino Castro	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
12	Cidades Inteligentes e Serviços Inteligentes	Oeiras	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
13	Cidades Inteligentes e Serviços Inteligentes	Floriano	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
14	Cidades Inteligentes e Serviços Inteligentes	São João do Piauí	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
15	Cidades Inteligentes e Serviços Inteligentes	Landri Sales	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
16	Cidades Inteligentes e Serviços Inteligentes	Miguel Alves	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
17	Eficiência Energética	Teresina	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
18	Geração de Energia Distribuída	Bom Princípio do Piauí	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
19	Usina Solar Fotovoltaica	São João do Piauí	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
20	Iluminação Pública	Barras	Iluminação Pública	Cancelado
21	Iluminação Pública	São Miguel do Tapuio	Iluminação Pública	Cancelado
22	Iluminação Pública	São João do Piauí	Iluminação Pública	Consulta Pública Encerrada
23	Iluminação Pública	Angical do Piauí	Iluminação Pública	Contrato Iniciado
24	Iluminação Pública	Castelo do Piauí	Iluminação Pública	Contrato Iniciado
25	Iluminação Pública	Oeiras	Iluminação Pública	Contrato Iniciado
26	Iluminação Pública	Porto	Iluminação Pública	Contrato Iniciado
27	Iluminação Pública	Água Branca	Iluminação Pública	Contrato Iniciado



Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
28	Iluminação Pública	Teresina	Iluminação Pública	Contrato Iniciado
29	Iluminação Pública	Campo Maior	Iluminação Pública	Contrato Iniciado
30	Iluminação Pública Bom Jesus	Bom Jesus	Iluminação Pública	Intenção Pública Anunciada
31	Iluminação Pública	Bertolínia	Iluminação Pública	Modelagem (A)
32	Iluminação Pública	Campinas do Piauí	Iluminação Pública	Modelagem (A)
33	Iluminação Pública	Tanque do Piauí	Iluminação Pública	Modelagem (A)
34	Iluminação Pública	Itainópolis	Iluminação Pública	Modelagem (A)
35	Iluminação Pública	Cristino Castro	Iluminação Pública	Modelagem (A)
36	Iluminação Pública	Jaicós	Iluminação Pública	Modelagem (A)
37	Iluminação Pública	Floriano	Iluminação Pública	Modelagem (D)
38	Iluminação Pública	Buriti dos Lopes	Iluminação Pública	Paralisado
39	Iluminação Pública	Ilha Grande	Iluminação Pública	Paralisado
40	Iluminação Pública	Landri Sales	Iluminação Pública	Paralisado
41	Iluminação Pública	Madeiro	Iluminação Pública	Paralisado
42	Iluminação Pública	Miguel Alves	Iluminação Pública	Paralisado
43	Estádio Lindolfo Monteiro	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Paralisado
44	Mercados Públicos	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Paralisado
45	Parque de Eventos na Beira Rio	Floriano	Cultura, Lazer e Comércio	Paralisado
46	Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs)	Teresina	Educação	Modelagem (C)
47	Estacionamentos Rotativos	Teresina	Estacionamentos	Paralisado
48	Parques Públicos	Teresina	Meio Ambiente	Paralisado
49	Centro Logístico de Saúde	Teresina	Saúde	Cancelado
50	Centro Logístico de Medicamentos	Teresina	Saúde	Paralisado
51	Cemitérios	Teresina	Sistema Funerário	Intenção Pública Anunciada
52	Abatedouro Público de Parnaíba	Parnaíba	Unid Administrativas e Serv Públicos	Cancelado
53	Abast. de água e Esgotamento sanitário	São Miguel do Tapuio	Água e Esgoto	Cancelado
54	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Água Branca	Água e Esgoto	Cancelado
55	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Floriano	Água e Esgoto	Consulta Pública Encerrada
56	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Antônio Almeida	Água e Esgoto	Contrato Iniciado
57	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Landri Sales	Água e Esgoto	Contrato Iniciado



Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
58	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Bom Princípio do Piauí	Água e Esgoto	Contrato Iniciado
59	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Eliseu Martins	Água e Esgoto	Licitação Iniciada
60	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Bertolínia	Água e Esgoto	Modelagem (A)
61	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Campinas do Piauí	Água e Esgoto	Modelagem (A)
62	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Tanque do Piauí	Água e Esgoto	Modelagem (A)
63	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Itainópolis	Água e Esgoto	Modelagem (A)
64	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Barras	Água e Esgoto	Modelagem (A)
65	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Angical do Piauí	Água e Esgoto	Modelagem (A)
66	Drenagem Urbana	Teresina	Água e Esgoto	Modelagem (A)
67	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Bom Jesus	Água e Esgoto	Modelagem (B)
68	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Santa Filomena	Água e Esgoto	Paralisado
69	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Assunção do Piauí	Água e Esgoto	Paralisado
70	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Cristino Castro	Água e Esgoto	Paralisado
71	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Barro Duro	Água e Esgoto	Paralisado
72	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Parnaíba	Água e Esgoto	Paralisado
73	Abast. de água e Esgotamento sanitário	São João do Piauí	Água e Esgoto	Paralisado
74	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Barra D'Alcântara	Água e Esgoto	Paralisado
75	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Madeiro	Água e Esgoto	Paralisado
76	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Castelo do Piauí	Água e Esgoto	Paralisado
77	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Cocal	Água e Esgoto	Paralisado
78	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Sebastião Leal	Água e Esgoto	Paralisado
79	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Ipiranga do Piauí	Água e Esgoto	Paralisado
80	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Miguel Alves	Água e Esgoto	Paralisado
81	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Porto	Água e Esgoto	Paralisado
82	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Uruçuí	Água e Esgoto	Paralisado
83	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Ribeiro Gonçalves	Água e Esgoto	Paralisado
84	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Campo Maior	Água e Esgoto	Paralisado
85	Resíduos Sólidos	Teresina	Resíduos Sólidos	Consulta Pública Encerrada
86	Resíduos Sólidos Bom Jesus	Bom Jesus	Resíduos Sólidos	Intenção Pública Anunciada
87	Resíduos Sólidos	Bertolínia	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)



Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
88	Resíduos Sólidos	Campinas do Piauí	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
89	Resíduos Sólidos	Tanque do Piauí	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
90	Resíduos Sólidos	Itainópolis	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
91	Resíduos Sólidos	Barras	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
92	Resíduos Sólidos	Buriti dos Montes	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
93	Resíduos Sólidos	Cristino Castro	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
94	Resíduos Sólidos	Miguel Alves	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
95	Resíduos Sólidos	Floriano	Resíduos Sólidos	Modelagem (B)
96	Resíduos Sólidos	Oeiras	Resíduos Sólidos	Paralisado
97	Resíduos Sólidos	São João do Piauí	Resíduos Sólidos	Paralisado
98	Resíduos Sólidos	Landri Sales	Resíduos Sólidos	Paralisado
99	Mobilidade Urbana	Teresina	Mobilidade	Modelagem (C)
100	Bicicletas compartilhadas	Teresina	Mobilidade	Paralisado
101	Mobilidade Urbana e Transporte Público	Oeiras	Mobilidade	Paralisado
102	Terminais de Integração e Estações de Embarque e Desembarque	Teresina	Mobilidade	Paralisado

(A) Modelagem - Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados

(C) Modelagem - Estudos Liderados pelo Setor Público Encerrados

(B) Modelagem - PMI Iniciado

(D) Modelagem - PMI Encerrado

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, 13 a 17fev2023). Elaboração TCE-PI



